PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2021-2023

Rede Social de Seia

CLAS de Seia

“The greatest resource of a nation - the intelligence of its citizens”

Vannevar Bush

FICHA TÉCNICA

Título

Plano de Desenvolvimento Social (PDS)| 2021-2023

Coordenação

Carlos Filipe Camelo Miranda de Figueiredo |Presidente do Conselho Local de Ação Social de Seia

Elaboração

Cândida Ramos | Instituto da Segurança Social, IP - Centro Distrital da Guarda

José Alexandre Martins | Escola Superior de Turismo e Hotelaria - IPG

Margarida Jerónimo | Município de Seia

Marilene Figueiredo | Escola Profissional Serra da Estrela

Paula Garcia |Casa de Santa Isabel - Instituto de Pedagogia Curativa e Socioterapia

Paula Teixeira | Centro Paroquial de Seia

Sandra Sacarrão |ULS Guarda EPE – Hospital Nossa Senhora da Assunção

www.cm-seia.pt

© Junho 2021

Índice

	Pág.
Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2021-2023	7
Metodologia	13
Eixos Estratégicos Prioritários	16
Eixo A – Ambiente, Turismo e Energia	16
Eixo B – Coesão Territorial, Acessibilidades e Parcerias	19
Eixo C – Educação, Formação e Qualificação Profissional	23
Eixo D – Intervenção Social	25
Eixo E – Saúde e Qualidade de Vida	28
Eixo F – Tecido Empresarial, Empregabilidade e Empreendedorismo	31
Eixo G – Vulnerabilidades (Envelhecimento, Deficiências, Habitação, Multiculturalidade, Pandemia, Segurança e Violência, Sem-abrigo)	36
Alinhamento com Instrumentos de Planeamento	61
Modelo de Governação	62
Avaliação e Monitorização	63
Referências Bibliográficas	66

Índice de Figuras

		Pág.
Figura 1	Alinhamento com a Estratégia Europa 2020	9
Figura 2	Agendas da Estratégia Portugal 2030	10
Figura 3	Portugal 2030 – Princípios de Programação	12
Figura 4	Portugal 2030 – Objetivos de Política definidos pela Comissão Europeia	12

Índice de Quadros

		Pág.
Quadro 1	A Tipologia de Crescimento na Estratégia 2020	7
Quadro 2	Vetores fundamentais e iniciativas emblemáticas da estratégia Europa 2020	8
Quadro 3	Eixos estratégicos Prioritários	14
Quadro 4	Funções no Modelo de Governança	65

Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2021-2023

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) é um dos momentos mais significativos e importantes de todo o processo de planeamento estratégico de base territorial no âmbito do programa Rede Social, uma vez que procura produzir orientações estratégicas como base de partilha e plataforma para a concertação institucional no concelho, evidenciando as possibilidades e as potencialidades de intervenção a partir dos recursos e capacidades já instalados e disponíveis.

Estes planos desenvolvem-se a partir dos diagnósticos elaborados e da consequente definição de prioridades e linhas estratégicas para a intervenção local. A elaboração do PDS deve ser um processo participado, negociado e contratualizado entre os parceiros, assim como o processo de elaboração do diagnóstico social. Desta forma, garante-se a representação de sensibilidades diversificadas quanto aos problemas e objetivos em presença e, por outro lado, assegura-se a viabilidade e concretização do plano.

É, desta forma, possível aumentar a capacidade de identificação e resolução de problemas, gerando respostas concretas, incrementar o número de projetos locais com base na reunião de recursos e capacidades das organizações, melhorar os níveis de participação dos destinatários dos programas e projetos de intervenção social que lhes dizem respeito, numa lógica de *empowerment* (individual, coletivo e organizacional).

Trata-se, portanto, de um documento que tem um caráter motivador, constituindo um referencial para as entidades que, aos mais diversos níveis, atuam nas áreas e eixos de intervenção sobre os quais o PDS incide.

Para o Concelho de Seia, a nova geração de respostas e intervenções sociais do concelho deverá por uma lado orientar-se para a otimização, qualificação e rentabilização dos recursos existentes no terreno, mas por outro, assentar numa visão com carácter inovador e sustentável de novas soluções e respostas, perante os desafios que cada vez, são mais exigentes e impõem intervenções transversais e multisetoriais, adaptadas à evolução e desenvolvimento individual, tecnológico e cultural.

A rede de instituições do concelho de Seia representa um forte potencial estratégico para o seu desenvolvimento social, portanto, este é também um tempo extremamente exigente para o

conjunto de instituições envolvidas neste processo, na medida em que é o momento de assumir compromissos coletivos com vista à concretização de intervenções e projetos, a inscrever nos planos de ação bianuais do CLAS, que permitam a execução das estratégias e a concretização dos objetivos definidos no PDS. Só este compromisso, concertação de esforços e conjugação de recursos permitirão que este seja um documento decisivo e orientador de políticas locais, conducentes às mudanças desejadas e consideradas prioritárias, na promoção do desenvolvimento social no concelho de Seia.

Este documento teve em consideração as recomendações das políticas publicas (*policy-mix*), as diretivas da estratégia 2020 que estabelece três prioridades que se reforçam mutuamente e que representam uma visão da economia social de mercado para a Europa do século XXI. Assentou ainda a sua análise na Agenda 2030 que é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (sócio, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm como base os progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos entre 2000 e 2015, e são fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo.

A Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e "uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta"

Crescimento inteligente	Crescimento sustentável	Crescimento inclusivo
Desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação	Promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva	Fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial

Quadro 1 – A Tipologia de Crescimento na Estratégia 2020.

Crescimento inteligente	Crescimento sustentável	Crescimento inclusivo
INOVAÇÃO Iniciativa emblemática da UE **"Uma União da inovação"** para melhorar as condições gerais e o acesso ao financiamento para a investigação e inovação, para reforçar a cadeia de inovação e acelerar os níveis de investimento em toda a União.	**CLIMA, ENERGIA E MOBILIDADE** Iniciativa emblemática da UE **"Uma Europa eficiente em termos de recursos"** destinada a contribuir para dissociar crescimento económico da utilização dos recursos, através da descarbonização da economia, do aumento da utilização das fontes de energia renováveis, da modernização do setor dos transportes e da promoção da eficiência energética.	**EMPREGO E QUALIFICAÇÕES** Iniciativa emblemática da UE **"Agenda para novas qualificações e novos empregos"** para modernizar os mercados de trabalho, facilitando a mobilidade da mão-de-obra e o desenvolvimento das qualificações ao longo da vida, com vista a aumentar a participação no mercado de trabalho e a estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e a procura.
EDUCAÇÃO Iniciativa emblemática da UE **"Juventude em movimento"** para melhorar os resultados dos sistemas de ensino e reforçar a capacidade de atração internacional do ensino superior da Europa.	**COMPETITIVIDADE** Iniciativa emblemática da UE **"Uma política industrial para a era da globalização"** para melhorar o ambiente empresarial, especialmente para as PME e para apoiar o desenvolvimento de uma base industrial sólida e sustentável, suscetível de enfrentar a concorrência mundial.	**LUTA CONTRA A POBREZA** Iniciativa emblemática da UE **"Plataforma europeia contra a pobreza"** para que a coesão social e territorial permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver dignamente e participar ativamente na sociedade.
SOCIEDADE DIGITAL Iniciativa emblemática da UE **"Agenda digital para a Europa"** para acelerar a implantação da *Internet* de alta velocidade e para que as famílias e empresas possam tirar partido de um mercado único digital.		

Quadro 2 - Vetores fundamentais e iniciativas emblemáticas da estratégia Europa 2020.

Prioridades UE2020	Objetivos Temáticos (OT)
Crescimento Inteligente	1. reforçar a **investigação**, o desenvolvimento tecnológico e a **inovação** 2. melhorar o acesso às **tecnologias da informação e da comunicação**, bem como a sua utilização e qualidade 3. reforçar a **competitividade das pequenas e médias empresas** e dos sectores **agrícola** (para o FEADER), das **pescas e da aquicultura** (para o FEAMP)
Crescimento Sustentável	4. apoiar a transição para uma **economia com baixas emissões de carbono** em todos os sectores 5. promover a adaptação às **alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos** 6. proteger o ambiente e promover a **eficiência dos recursos** 7. promover **transportes sustentáveis** e eliminar os **estrangulamentos** nas principais redes de infraestruturas
Crescimento Inclusivo	8. promover o **emprego** e apoiar a mobilidade laboral 9. promover a **inclusão social** e combater a **pobreza** 10. investir no **ensino**, nas competências e na **aprendizagem ao longo da vida** 11. reforçar a capacidade institucional e uma **administração pública eficiente**

Figura 1 - Alinhamento com a Estratégia Europa 2020.

Contudo, a Estratégia Portugal 2030, já foi aprovada na reunião do Conselho de Ministros de 29 de outubro de 2020 e consubstancia a visão do governo para a próxima década e é o referencial para os vários instrumentos de política, como sejam o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o próximo quadro comunitário de apoio 2021-27 (Portugal 2030).

Assim, a visão da Estratégia Portugal 2030 pretende recuperar a economia e proteger o emprego, e fazer da próxima década um período de recuperação e convergência de Portugal com a União Europeia, assegurando maior resiliência e coesão, social e territorial.

A Estratégia Portugal 2030 está estruturada em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030.

Figura 2 – Agendas da Estratégia Portugal 2030.

A Agenda 1 coloca as pessoas no centro das preocupações e pretende promover uma sociedade mais inclusiva e menos desigual, respondendo ainda aos desafios da transição demográfica e do envelhecimento. Estes desafios são tanto mais necessários face às consequências socioeconómicas desencadeadas pelo surgimento do COVID-19 com reflexos no agudizar dessas desigualdades nos públicos-alvo da presente agenda.

A Agenda 1 apresenta como objetivos para 2030:

- Mitigar a perda populacional atualmente projetada para 2030, prosseguindo a recuperação dos indicadores de natalidade e reforçando os saldos migratórios,

- Reduzir a incidência de fenómenos de exclusão, incluindo do desemprego de longa duração, e pobreza e os indicadores de desigualdade e de precariedade laboral nos adultos, e especialmente nos jovens, convergindo para os níveis médios da União Europeia.

A Agenda 2 enfrenta os bloqueios das qualificações e da competitividade e transformação estrutural do tecido produtivo, respondendo também aos novos desafios tecnológicos e societais associados à transição digital e à indústria 4.0; às novas dinâmicas de crescimento setorial pós-COVID; à necessidade de contribuir para a autonomização e resiliência geoestratégica da União Europeia; e ao mesmo tempo garantir a capacitação e modernização do Estado para promover a resposta a estes desafios.

A Agenda 2 apresenta como objetivos para 2030:

- Aumentar a despesa total em I&D para 3% do PIB em 2030;
- Reduzir a percentagem de adultos, incluindo jovens, em idade ativa sem o nível de ensino secundário;
- Alcançar um nível de 60 % dos jovens com 20 anos que frequentem o ensino superior, com 50 % dos graduados de educação terciária na faixa etária dos 30-34 anos até 2030;
- Alcançar um nível de liderança europeia de competências digitais até 2030;
- Reforçar a participação de adultos em formação ao longo da vida; reforçar a autonomia e soberania produtiva da União Europeia;
- Aumentar as exportações de bens e serviços, ambicionando-se atingir um volume de exportações equivalente a 50 % do PIB na primeira metade desta década, com enfoque na performance da balança tecnológica;
- Aumentar a resiliência financeira e a digitalização das PME; aproximar os níveis de investimento em capital de risco à média da Europa e reforçar a atração de investimento direto estrangeiro.

A Agenda 3 está focada na transição climática e na sustentabilidade e uso eficiente de recursos, promovendo a economia circular e respondendo ao desafio da transição energética e à resiliência do território.

A Agenda 3 apresenta como objetivos para 2030:

- Reduzir as emissões globais de GEE em 45% a 55% e em 40% no setor dos transportes face a 2005;
- Aumentar para 47% do peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia;
- Reduzir em 35% o consumo de energia primária; e reduzir para metade a área ardida, de modo a aumentar a capacidade de sequestro do carbono.

A Agenda 4 esta focada na coesão territorial, visa promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto do território nacional e, em especial, contribuir para reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões, em particular das regiões mais desfavorecidas, num contexto de promoção de transições ecológicas e digitais com forte incidência territorial e de superação dos impactos da pandemia e da crise económica nos territórios mais afetados, em particular nos mais desfavorecidos.

A Agenda 4 apresenta como objetivos para 2030:

- Promover o desenvolvimento harmonioso do território nacional, assegurando que todas as regiões NUTS II convergem em PIB per capita com a média europeia.

O Portugal 2030 consubstancia, em Portugal, o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da União Europeia, que vigorará de 2021 a 2027.

As negociações para o QFP iniciaram-se em 2018, tendo conhecido importantes desenvolvimentos em julho de 2020, no Conselho Europeu, que atribuiu a Portugal 29,8 mil M€, dos quais 21 mil M€ no âmbito dos Fundos da Coesão (FEDER, FSE+ e FC). Para operacionalizar o Portugal 2030 é necessário estabelecer um Acordo de Parceria com a Comissão Europeia.

Neste sentido, e tendo como referencial estratégico a Estratégia Portugal 2030, foram estabelecidos os seguintes princípios orientadores para o próximo período de programação, conforme figura seguinte.

Figura 3 – Portugal 2030 – Princípios de Programação.

A Programação será efetuada tendo por base as prioridades elencadas nas quatros Agendas Temáticas da Estratégia Portugal 2030, as quais se articulam com os 5 Objetivos de Política definidos pela Comissão Europeia.

Figura 4 – Portugal 2030 – Objetivos de Política definidos pela Comissão Europeia.

Metodologia

O momento da definição do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) é um dos mais significativos e importantes em todo o processo de planeamento estratégico de base territorial no âmbito do Programa Rede Social, uma vez que pretende constituir-se como um documento onde se retrata a situação social desejável para o concelho e resulta de um processo participativo com auscultação dos diferentes atores da comunidade local.

O atual modelo de PDS procura produzir orientações estratégicas como base para a concertação institucional no concelho, evidenciando as possibilidades e as potencialidades de intervenção a partir dos recursos e mais valias já instalados e disponíveis. A nova geração de respostas e intervenções sociais do concelho deverá orientar-se para a otimização, qualificação e rentabilização dos recursos existentes no terreno.

Trata-se, portanto, de um documento que tem um caráter orientador, constituindo um referencial para as entidades que, aos mais diversos níveis, atuam nas áreas e eixos de intervenção sobre os quais o PDS incide.

A rede de instituições do concelho de Seia representa um forte potencial estratégico para o seu desenvolvimento social, implicando a assunção de compromissos coletivos com vista à concretização de intervenções e projetos, a inscrever nos planos de ação do CLAS. Neste sentido, espera-se que estes planos de ação permitam a execução das estratégias e a concretização dos objetivos definidos no PDS.

Apenas com um compromisso coletivo, com uma concertação de esforços e uma conjugação de recursos permitirão que o PDS 2021-2023 seja um documento decisivo e orientador de políticas locais, conducentes às mudanças desejadas e consideradas prioritárias, na promoção do desenvolvimento social no concelho de Seia.

Após a conclusão da atualização do Diagnóstico Social (DS), deu-se início à definição de um plano estratégico que vigorará de 2021-2023, no qual se definem as estratégias de intervenção, bem como os objetivos a alcançar, em cada um dos sete eixos estratégicos considerados, ponderando as problemáticas caraterizadas e agora priorizadas, os recursos existentes e os constrangimentos colocados pelo contexto em que será executado este PDS.

Estando em permanente atualização este documento é um instrumento de trabalho quotidiano, sendo a cada dia monitorizado, alterado e revisto, considerando sempre o interesse em continuar a afirmar Seia enquanto Concelho Ecologicamente correto, Economicamente viável, Socialmente inclusivo, Culturalmente diverso e Saudavelmente equitativo.

A transição do Diagnóstico social para o PDS 2021-2023 foi concretizada tendo como princípio fundamental a participação, através de inquéritos, dinâmicas participativas e *workshops* de planeamento estratégico, organizados em função das temáticas identificadas em sede de DS.

Concluída esta fase, a informação foi analisada e transformada no formato e linguagem de planeamento, adequando-se a mesma aos objetivos do PDS. A referida informação foi inscrita numa matriz de planeamento, a qual serviu de estrutura base a este documento.

Os conteúdos inscritos neste PDS respeitam as diretivas do Programa Rede Social, tendo sido construído com base nos contributos e informações recolhidas junto das entidades públicas e privadas, parceiras do CLAS de Seia, que no terreno, são as principais responsáveis pela intervenção social neste território.

O documento apresentado resulta do trabalho de sistematização efetuado pelo Núcleo Executivo, com a participação de todos os parceiros do CLAS de Seia e de outros agentes relevantes na dinamização e desenvolvimento do concelho.

Na sequência do diagnóstico social a estratégia de intervenção do PDS organiza-se em 7 eixos estratégicos prioritários.

Eixos Estratégicos Prioritários
Eixo A - Ambiente, Turismo e Energia
Eixo B - Coesão Territorial, Acessibilidades e Parcerias
Eixo C - Educação, Formação e Qualificação Profissional
Eixo D - Intervenção Social
Eixo E - Saúde e Qualidade de Vida
Eixo F - Tecido Empresarial, Empregabilidade e Empreendedorismo
Eixo G - Vulnerabilidades (Envelhecimento, Deficiências, Habitação, Multiculturalidade, Pandemia, Segurança e Violência, Sem-abrigo)

Quadro 3 - Eixos Estratégicos Prioritários.

Os eixos estratégicos para o desenvolvimento social do concelho representam as oportunidades e potencialidades de convergência na intervenção social direcionando-as para áreas de otimização e impacto, pretendendo assim orientar as instituições no desenho das intervenções, fornecer-lhes opções prioritárias e integrá-las estrategicamente no conjunto das outras intervenções.

Pretende-se um conjunto de opções e tipologias de intervenção comuns para o concelho que sejam partilhadas e representem um compromisso institucional contratualizado no PDS.

Eixos Estratégicos Prioritários

Eixo A – Ambiente, Turismo e Energia

Este eixo engloba três áreas fundamentais para o desenvolvimento holístico social, fortemente complementares e transformadoras, bem como transversais e influenciadoras de vários outros domínios dos eixos estratégicos do presente plano. O enquadramento deste eixo tem por base a Estratégia Portugal 2030, que por sua vez reflete e é coerente com as linhas gerais de outros documentos de natureza estratégica, como por exemplo o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), o Programa de Valorização do Interior. Além disso, e entre outros, alicerçam ainda este eixo o Plano para a Recuperação e a Resiliência, a Estratégia Turismo 2027, o Plano Turismo +Sustentável 2020-2023 e o plano de ação "Reativar o Turismo | Construir o Futuro".

Assim, para além da análise e caracterização da realidade concelhia no âmbito do Ambiente e Energia, pretende-se perspetivar a valorização da biodiversidade e a proteção do ambiente, assumindo algumas dimensões ou áreas de atuação, procurando também coerência entre as áreas da energia e clima, designadamente: a redução de emissões, o aumento da eficiência energética, o reforço das energias renováveis, a continuação e reforço da aposta na mobilidade sustentável, a proteção e prevenção a incêndios rurais (promovendo uma nova lógica de intervenção na floresta, com maior enfoque no ordenamento, na gestão e na redução de riscos), a implementação de processos de gestão hídrica, e o incentivo da educação ambiental no sentido de fomentar a adoção de comportamentos sustentáveis, de reduzir a produção de desperdícios e combater comportamentos desadequados a uma cidadania plena. Nesta linha também o setor agropecuário, agroalimentar e agrícola, pode promover o crescimento, de forma sustentável e resiliente, e contribuir para: a promoção de um sistema alimentar mais sustentável; uma agricultura mais inclusiva, igualitária e integrada; a criação de melhores condições para o aumento do rendimento dos produtores, tornando a atividade agrícola mais rentável, atrativa e competitiva; uma agricultura mais resiliente, que proteja o ambiente, assegure a sustentabilidade dos recursos água, solo e biodiversidade. Além disso, a reforma do ecossistema de transportes pode estimular a promoção da mobilidade sustentável, em particular do transporte público, na ótica da eficiência ambiental, da descarbonização e da transição energética, e contribuir para um aumento da coesão territorial e social. Por outro lado, em atividades económicas ligadas ao turismo e agricultura e espaços públicos pode-se potenciar e promover a utilização circular dos recursos hídricos através do aproveitamento de águas residuais tratadas, sendo também essencial ao nível da gestão hídrica a diminuição da pressão

sobre as massas de água superficiais e subterrâneas com ganhos de qualidade, garantir caudais ecológicos no suporte aos ecossistemas, bem como o desenvolvimento sustentável de atividades turísticas, compatibilizando a proteção e valorização do património natural com a afirmação de uma fileira de produtos turísticos diferenciados.

O Turismo surge também como setor agregador e interdependente, com preponderância económica, social e ambiental, apesar da pandemia de COVID-19 e as medidas a ela associadas, que implicaram uma queda significativa na atividade económica do setor do Turismo, nomeadamente o alojamento e restauração. Contudo, a pandemia pode também ser uma oportunidade para o setor do turismo no interior de Portugal, e em particular também para a nossa região, numa retoma que pretende colocar novamente o setor na senda do crescimento pré-covid e, em simultâneo, preparar o futuro dotando-o de mecanismos para o tornar mais responsável, mais sustentável e mais resiliente em termos económicos, sociais e ambientais. O turismo do futuro, ambiciosamente e convictamente, está necessariamente comprometido com a sustentabilidade, com a coesão territorial e social, com a inovação, empreendedorismo e tecnologia, e com a valorização das Pessoas. Tudo isto só é possível com o envolvimento e colaboração da sociedade e de todos os *stakeholders*, públicos e privados, o que traria benefícios para os agentes do turismo e para as populações locais, potenciando o efeito multiplicador do turismo enquanto motor de desenvolvimento económico-social local.

Na mesma linha da Estratégia Turismo 2027, destacam-se neste âmbito algumas prioridades como:

- A recuperação e valorização do património do território, em especial num inserido num parque natural, permitindo o usufruto do património natural e histórico-cultural e preservação da sua autenticidade; a regeneração urbana; a potenciação económica do património natural e rural, a estruturação da oferta turística para melhor responder à procura, para gerar novas procuras e aumentar atratividade ao longo do ano.
- O potenciar o conhecimento, em que se inclui a valorização das profissões do turismo; a formação de recursos humanos; a capacitação em contínuo de empresários e gestores; a difusão de conhecimento e informação.
- O gerar redes e conectividade, através da mobilidade no território; a promoção do "turismo para todos", numa ótica inclusiva; o envolvimento da sociedade no processo de desenvolvimento turístico e de cocriação; o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores.
- O projetar a região, aumentando a sua notoriedade em alguns mercados internacionais, nomeadamente o espanhol, enquanto destino para visitar, investir, viver e estudar.

Surgem, ainda, como reforço desta visão alguns princípios decorrentes do Plano Turismo +Sustentável 2020-2023, nomeadamente promover a transição energética e a agenda para a economia circular das empresas turísticas, envolver os atores do setor num compromisso conjunto de transformação articulada da oferta e sustentabilidade do destino, estimular uma

mudança de atitude na cadeia de valor e, também, reforçar o papel do turismo nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Desta forma, considera-se que este eixo suporta contributos para os seguintes 13 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: 1 – Erradicação da pobreza, 2 – Fome zero e agricultura sustentável, 3 – Saúde e bem-estar, 6 – Água potável e saneamento, 7 – Energia limpa e acessível, 8 – Trabalho decente e crescimento económico, 9 – Indústria, inovação e infraestruturas, 10 – Redução das desigualdades, 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, 12 – Consumo e produção responsáveis, 13 – Ação contra a mudança global do clima, 14 – Vida na água, 15 – Vida terrestre.

Eixo B – Coesão Territorial, Acessibilidades e Parcerias

O reforço da coesão económica e social através da redução das disparidades entre as regiões do espaço comunitário é um objetivo claro da União Europeia.

A coesão territorial corresponde a um objetivo fundamental do desenvolvimento territorial.

Os territórios da UE caracterizam-se por uma diversidade incrível. O objetivo da coesão territorial consiste, basicamente, em garantir que as populações dispõem dos mecanismos necessários para aproveitar ao máximo as características intrínsecas das áreas onde vivem. Nenhum cidadão europeu deve ser prejudicado em termos de acesso a serviços públicos, habitação ou oportunidades de emprego, simplesmente por viver numa determinada região. A coesão territorial visa um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

A coesão territorial é um conceito multidimensional com pelo menos três componentes:

- Qualidade territorial - qualidade do ambiente de trabalho e vivencial; padrões de qualidade de vida semelhantes entre diferentes territórios; acesso equitativo aos serviços de interesse geral e ao conhecimento;
- Eficiência territorial - eficiência de recursos no que respeita à energia, ao solo e aos recursos naturais; competitividade do tecido económico e atratividade do território; acessibilidade interna e externa; capacidade de resistência às forças desagregadoras relacionadas com os processos de globalização; integração territorial e cooperação entre regiões;
- Identidade territorial - presença de "capital social"; capacidade de desenvolver visões partilhadas sobre o futuro; especificidades e conhecimento locais; vocações produtivas e vantagens competitivas de cada território.

Paralelamente, tendo em vista a recente aprovação (dezembro de 2020) da nova Agenda Territorial (2030), importa assumir como estratégia uma ação assente nos princípios de rede para inverter as tendências atuais de exclusão territorial e impulsionar as tendências de Coesão Territorial a nível local.

Integrando o nosso território, uma região do interior e perante um cenário de desvitalização, pautado pelos fenómenos do despovoamento, envelhecimento e empobrecimento, originando a perda de coesão destes mesmos territórios, é necessário reforçar cultura de parcerias existente e manter uma posição forte e assertiva para se conseguirem infraestruturas e vias de comunicação capazes de minimizar o peso da interioridade e do afastamento do litoral.

A reflexão deve girar em torno da subsidiariedade e territorialização, enquanto pilares estruturantes do desenvolvimento de um quadro de políticas públicas locais, orientadas para a atração e fixação de população e investimento, para valorização dos recursos endógenos, para a

promoção de ecossistemas colaborativos de inovação e para a oportunidade da relação transfronteiriça.

Paralelamente, é premente assumir e adotar politicas locais com perspetivas transversais que reflitam os desafios e questões estruturantes que se colocam ao desenvolvimento dos territórios do interior:

- Envelhecimento com qualidade;
- Inovação da base económica;
- Capital territorial;
- Cooperação transfronteiriça;
- Relação rural-urbana;
- Acessibilidade digital;
- Atratividade territorial;
- Abordagens, redes e participação.

O processo de descentralização, com o inerente debate e revisão das competências locais (municipais e intermunicipais), constitui uma oportunidade de melhorar a eficiência da prestação de serviços num quadro de universalidade de acesso, nomeadamente clarificando o nível territorial mais adequado e permitindo encontrar soluções de âmbito intermunicipal preferencialmente desenhadas em função de cada realidade concreta, visando responder às necessidades específicas dos diversos territórios através de uma definição clara de objetivos e de um conjunto articulado de políticas ou de instrumentos ajustados às necessidades diagnosticadas.

A dimensão territorial assume, na formulação de políticas municipais, uma relevância incontornável, seja pelas especificidades locais que lhe estão associadas, seja por constituírem níveis de intervenção diferenciados com estruturas institucionais específicas que exigem necessidade de articulação dos diferentes atores locais, regionais e nacionais.

Mas num mundo em rápida mutação são muitos os desafios que se perfilam no horizonte e, na ausência de soluções únicas, este é o tempo de fomentar o diálogo entre os decisores políticos e as várias partes interessadas sobre como garantir a provisão destes serviços, e por extensão a implementação efetiva dos respetivos direitos e princípios consagrados no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, tendo como condição prévia uma reflexão aprofundada sobre o modelo territorial a prosseguir, o modelo de participação a fomentar e o contrato relacional entre *stakeholders* a assumir.

Em última instância, importa trabalhar para o mesmo objetivo: criar uma sociedade mais justa, baseada na igualdade de oportunidades. O género, local de nascimento, meio familiar ou situação económica em que nascemos não devem determinar o nível de acesso à educação, serviços ou oportunidades.

As parcerias entre os organismos do Estado e outras entidades da chamada sociedade civil são meios importantes para a salvaguarda e valorização do Património Cultural. A DGPC trabalha ativamente para manter e dinamizar parcerias com parceiros muito diversos porque encara-as como um meio para potenciar sinergias e alcançar resultados que de modo autónomo muito dificilmente poderiam ser concretizados.

A Direção-Geral do Património Cultural tem como missão assegurar que o património cultural, nas suas mais diversas vertentes, é estudado, conservado, valorizado e divulgado e que os bens patrimoniais móveis, imóveis, imateriais, são convenientemente documentados e salvaguardados, de modo a poderem ser fruídos ao longo de gerações. Mas estes nobres objetivos e todas as iniciativas necessárias para os concretizar não podem ser assumidos integral e unicamente pelos departamentos do Estado. A sociedade civil, através das suas diferentes formas de organização - empresas, associações, fundações –, assim como todos os cidadãos, são chamados a dar o seu contributo para a preservação e valorização do património. Este envolvimento pode ser pontual, mas ganha uma dimensão mais substantiva se for enquadrado no âmbito de parcerias que juntem entidades diversas mas com o comum objetivo de defender e promover o património.

A transversalidade da abordagem territorial A mobilização do capital territorial traduz-se, também, na implementação de instrumentos que promovam estratégias de competitividade territorial suportadas nos recursos endógenos dos territórios.

O objetivo é garantir melhor qualidade de vida aos cidadãos e às famílias, e um ambiente adequado ao investimento empresarial, suportado numa rede territorial de serviços de interesse geral mais equilibrada e ajustada ao tecido social e económico e aos desafios demográficos, garantindo a proximidade da decisão e operacionalização de políticas públicas contextualizadas e com expressão territorial.

Esta intervenção só será efetiva, por via de mecanismos de articulação próxima com outras áreas de Governo, e que de forma integrada, permita fazer acontecer no território a concentração de medidas e de instrumentos adequados para atingir com eficácia os resultados desejados.

Esta mobilização para a ação, deve ter como suporte a nossa capacidade de envolver os melhores ativos e as competências mais adequadas, para suportar o pensamento estratégico capaz de transformar o futuro destes territórios.

Apostar na cooperação territorial através de projetos conjuntos, da gestão otimizada de infraestruturas e equipamentos partilhados e da mobilização de múltiplos parceiros para fazer face à realidade local, que beneficiem as especificidades e as necessidades dos munícipes.

Desta forma, considera-se que este eixo suporta contributos para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: 1 – Erradicação da pobreza, 2 – Fome zero e agricultura sustentável, 3 – Saúde e bem-estar, 4 – educação de Qualidade, 5 – igualdade de Género, 6 – Água potável e saneamento, 7 – Energia limpa e acessível, 8 – Trabalho decente e crescimento económico, 9 – Indústria, inovação e infraestruturas, 10 – Redução das desigualdades, 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, 12 – Consumo e produção responsáveis, 13 – Ação contra a mudança global do clima, 14 – Vida na água, 15 – Vida terrestre, 16 – Paz, Justiça e Intervenções eficazes, 17- Parcerias e Meios de Implementação.

Eixo C – Educação, Formação e Qualificação Profissional

No que diz respeito a este eixo e considerando estas áreas transversais e complementares à esfera social, propõe-se contribuir para o reforço de ambientes educativos positivos, para uma formação de qualidade dos recursos humanos e para a motivação da captação do tecido empresarial local.

Importa cada vez mais pensar numa aprendizagem global, que contribui para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos *per si,* da tipologia familiar, de todos em geral e ainda no desenvolvimento com qualidade sustentável, independentemente do estádio no ciclo vital, que reforce competências do/a cidadão/ã.

A Educação de qualidade é um direito humano fundamental e um investimento para o futuro. Aprender e formar é, também, contribuir para o exercício de uma cidadania democrática.

A imprevisibilidade característica do mundo atual e os constrangimentos resultantes de uma pandemia colocam desafios novos à educação e formação.

O ensino à distância com o qual fomos confrontados e o difícil ajustamento a novas plataformas/metodologias obrigou a um grande esforço quer por parte das entidades quer por parte dos cidadãos, nomeadamente crianças e/ou jovens, famílias, adultos ativos ou desempregados. Contudo, é importante continuar a investir na aprendizagem ao longo da vida dotando os recursos humanos locais de conhecimentos atuais que lhes permitam aperfeiçoar e otimizar o seu desempenho laboral.

Paralelamente aos percursos mais comuns, a metodologia do reconhecimento, validação e certificação de competências constitui uma outra solução, para se alcançar o aumento da qualificação/certificação das populações, nomeadamente em regiões, em que existem taxas elevadas de baixa escolaridade e com um grande défice de profissionalização da mão-de-obra.

Acresce a necessidade de implementar uma cultura empreendedora e saudável do nosso território, é de realçar a importância de se atentar aos sistemas relacionais entre os atores da comunidade educativa, às implicações da crise nas diversas dinâmicas individuais, ao impacto potencial da multiculturalidade e das etnias, às desvantagens económicas e socioculturais presentes e à promoção do trabalho em rede, capaz de permitir a complementaridade das ofertas e não a concorrência fragmentadora.

Desta forma, considera-se que este eixo suporta contributos para 14 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: 1 – Erradicação da pobreza, 2 – Fome zero e agricultura sustentável, 3 – Saúde e bem-estar, 4 – educação de Qualidade, 5 – igualdade de Género, 8 – Trabalho decente e crescimento económico, 10 – Redução das desigualdades, 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, 12 – Consumo e produção responsáveis, 13 – Ação contra a mudança global do clima, 14 – Vida na água, 15 – Vida terrestre, 16 – Paz, Justiça e Intervenções eficazes, 17- Parcerias e Meios de Implementação.

Eixo D – Intervenção Social

Ancorada numa perspetiva dinâmica alicerçada nos princípios orientadores da intervenção do Município de Seia, a intervenção social é uma das áreas de atuação prioritárias. O Município, prossegue o bem público de acordo com o valor universal, inalienável e inviolável da dignidade da pessoa humana, que sustenta o princípio da igualdade essencial de todos os seres humanos, sujeitos do direito e do dever de participar na construção do bem comum e da sociedade, em conformidade com as possibilidades de cada um.

No eixo estratégico da intervenção social, o Município de Seia considera uma ampla e diferenciada rede de Instituições e serviços que contribuem para a promoção do bem-estar biopsicossocial e económico dos munícipes, reforçando as forças do município, identificadas no âmbito da análise SWOT.

Relativamente a este eixo, pretende-se por um lado, apoiar a capacitação institucional e articulação entre as entidades locais, com responsabilidade no desenvolvimento e implementação de ações de intervenção social. Por outro lado, minorar o isolamento das populações, ampliar a atuação ao nível da saúde física e psicológica para melhorar a qualidade de vida dos munícipes ao longo do ciclo de vida (e.g. quer em termos de prevenção, de promoção, de atuação comunitária, dos cuidados diferenciados ou dos continuados), reforçar a coesão social, promover o *empowerment* dos cidadãos, valorizar as características idiossincráticas associadas à multiculturalidade ou às etnias, a não discriminação em razão do sexo e a igualdade entre mulheres e homens, na área da orientação sexual e identidade de género e manter um continuo de atualização participada e responsável, dos documentos de planeamento estratégico para o concelho.

Paralelamente, importa fomentar uma educação para todos, onde o sentido critico e de cidadania possa contribuir para uma sociedade mais participativa, sem estereótipos de género, onde a equidade, a igualdade estejam ao alcance de todos, independentemente do estádio do ciclo de vida, no sentido de promover a tolerância e a não discriminação, bem como de suprimir os radicalismos e as desigualdades. O princípio de igualdade definido no artigo 13º da Lei Constitucional nº 1/2001, relembra que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei e que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica

ou condição social é extensível à igualdade de oportunidades enquanto projeto de uma igualdade real de cidadania responsável.

O papel atribuído aos sistemas políticos nacionais e internacionais, mas também a todos os atores com atuação direta e indireta, na promoção da equidade no acesso e fruição da participação plena na vida da comunidade são traços inquestionáveis que caraterizam as sociedades modernas, sobressaindo a preocupação com a adequação dos paradigmas de intervenção social de modo a contribuir para a concretização das três metas Europeias, seguintes, que pelo menos 78 %da população entre os 20 e os 64 anos deverão estar empregadas até 2030; que pelo menos 60 %de todos os adultos devem participar anualmente em ações de formação até 2030; e que existirá uma redução de, pelo menos 1,5 milhões do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social.

O conhecimento científico e tecnológico desenvolve-se a um ritmo de tal forma intenso que somos confrontados diariamente com um crescimento exponencial de informação a uma escala global. Ao mesmo tempo que se assiste a uma melhoria dos indicadores sociais básicos, a globalização e o progresso tecnológico também contribuíram para o aumento das desigualdades no acesso aos direitos fundamentais.

Hoje vivemos num mundo com problemas globais como as alterações climáticas, os extremismos, as desigualdades no acesso aos bens e direitos fundamentais e as crises humanitárias, entre outros, em que a solução passa por trabalharmos em conjunto, unindo esforços para encontrar soluções para os desafios que ameaçam a humanidade.

O futuro do planeta, em termos sociais e ambientais, depende da formação de cidadãs/ãos com competências e valores não apenas para compreender o mundo que os rodeia, mas também para procurar soluções que contribuam para nos colocar na rota de um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Desta forma, considera-se que este eixo suporta contributos para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: 1 – Erradicação da pobreza, 2 – Fome zero e agricultura sustentável, 3 – Saúde e bem-estar, 4 – Educação de Qualidade, 5 – igualdade de Género, 6 – Água potável e saneamento, 7 – Energia limpa e acessível, 8 – Trabalho decente e crescimento económico, 9 – Indústria, inovação e infraestruturas, 10 – Redução das desigualdades, 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, 12 – Consumo e produção responsáveis,

13 – Ação contra a mudança global do clima, 14 – Vida na água, 15 – Vida terrestre, 16 – Paz, Justiça e Intervenções eficazes, 17- Parcerias e Meios de Implementação.

Eixo E – Saúde e Qualidade de Vida

No âmbito deste eixo, pretende-se, por um lado, analisar e caracterizar a realidade concelhia em termos da saúde e qualidade de vida e por outro, atuar ao nível da prevenção, da promoção da saúde e da adoção de comportamentos conducentes com o bem-estar de todos os munícipes, independentemente do seu posicionamento no ciclo de vida.

É essencial promover a proximidade entre os serviços de saúde e a população. No âmbito da saúde mental, é imprescindível qualificar e estreitar as respostas concelhias e regionais. Relativamente aos comportamentos aditivos, pretende-se dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, bem como aumentar o conhecimento acerca da problemática no concelho.

Simultaneamente, é necessário incutir uma educação para a saúde participativa, inclusiva e envolvente dos agentes da comunidade educativa, bem como, incentivar uma educação ambiental capaz de fomentar a adoção de comportamentos sustentáveis, de reduzir a produção de desperdícios e combater comportamentos desadequados a uma cidadania plena, mas também de maximizar o território inserido num parque natural.

Importa incutir uma cultura organizacional que promova a conciliação vida familiar e profissional e a redução de riscos psicossociais.

A população mundial está cada vez mais envelhecida. O aumento da esperança média de vida, a prevalência de doenças crónicas e progressivas e as transformações da rede familiar são fatores que vão ganhando importância na organização dos sistemas de saúde e dos recursos dirigidos aos doentes crónicos, pelo que urge uma necessidade crescente da aplicação de cuidados paliativos. O direito aos cuidados paliativos como um direito humano pode ter um impacto importante pois levanta questões relacionadas com conceitos alargados e saúde, qualidade de vida, sofrimento e dignidade humana.

Existem mais pessoas a morrer por doenças crónicas e não por causas agudas o que desafia os sistemas de saúde para a prestação de cuidados mais eficazes direcionados aos últimos anos de vida. Assim, os cuidados paliativos que no passado eram praticamente exclusivos para doentes oncológicos foram alargados e devem ser prestados com base nas necessidades do doente com intenso sofrimento e/ou doença avançada, incurável e progressiva. Tornou-se, então, necessária

a criação de estruturas específicas para dar resposta a estas necessidades constituindo-se como um desafio ainda maior para a criação de respostas acessíveis a Todos.

A COVID-19, para além dos impactos na saúde, tem provocado reflexos em diversas áreas, como as económicas, saúde, políticas e sociais. Tanto a doença em si, quanto as respostas a ela têm um impacto diretamente nos direitos humanos, afetando direitos específicos e grupos vulneráveis. As estratégias para lidar com a pandemia têm variado, da proteção à violação de direitos humanos. Diagnosticar esses impactos é o primeiro passo para a proteção adequada dos direitos humanos em face da COVID-19.

Reconhecer em primeiro lugar que o direito à saúde deve ser um direito autónomo, não apenas como um adjetivo do direito à vida, trata-se de um bem público cuja proteção é da responsabilidade dos Estados. Em segundo lugar, é necessário adotar, como pedra basilar de qualquer atuação, os direitos humanos, em todas as estratégias, medidas ou políticas oficiais relacionadas à pandemia. Cada medida adotada, precisa prever e minimizar eventuais impactos negativos sobre os direitos das pessoas atingidas, e particularmente das populações mais vulneráveis. Em terceiro lugar a eventual adoção de medidas restritivas de direitos deve ser sujeita aos princípios da legalidade e da proporcionalidade, devendo coibir o estigma e a discriminação de pessoas. Por último, devem ser garantidas a transparência e o dever de informação dirigidos a todas a faixas etárias da população.

Não podemos deixar de salientar que o impacto da pandemia de Covid-19 teve consequências no sistema de saúde a nível concelhio, com implicações no acesso aos cuidados, com uma redução significativa de consultas, exames ou cirurgias.

Desta forma, considera-se que este eixo suporta contributos para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: 1 – Erradicação da pobreza, 2 – Fome zero e agricultura sustentável, 3 – Saúde e bem-estar, 4 – Educação de Qualidade, 5 – Igualdade de Género, 6 – Água potável e saneamento, 7 – Energia limpa e acessível, 8 – Trabalho decente e crescimento económico, 9 – Indústria, inovação e infraestruturas, 10 – Redução das desigualdades, 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, 12 – Consumo e produção responsáveis, 13 – Ação contra a mudança global do clima, 14 – Vida na água, 15 – Vida terrestre, 16 – Paz, Justiça e Intervenções eficazes, 17- Parcerias e Meios de Implementação.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL
1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA
2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
3 SAÚDE E BEM-ESTAR
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
5 IGUALDADE DE GÉNERO
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL
8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS
13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA
14 VIDA NA ÁGUA
15 VIDA TERRESTRE
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Eixo F – Tecido Empresarial, Empregabilidade e Empreendedorismo

O Município de Seia tem potenciado o desenvolvimento local a partir da empregabilidade e do empreendedorismo, potenciando os recursos do território (tecido social, empresarial e organizacional), para que se estabeleça um *matching* de oportunidades, tanto do lado de quem procura uma solução de empregabilidade (formação/capacitação, emprego por conta de outrem ou por conta própria) como do lado de quem necessita dos recursos.

A criação de empresas constitui, atualmente, nos Estados modernos, um dos pilares das políticas de desenvolvimento económico e um dos fatores determinantes das políticas sociais que procuram mais e melhor emprego com coesão social.

Nos últimos anos, em Portugal como no resto da Europa, o empreendedorismo tem sido perspetivado como uma das vias possíveis de acesso ao mercado de trabalho, podendo mesmo constituir uma modalidade alternativa de transição profissional, particularmente importante para os jovens com qualificações superiores. Entende-se que o empreendedorismo coloca novos e importantes desafios à Universidade relacionados com a sua capacidade de, juntamente com outros atores coletivos (e.g. económicos, sociais, políticos), desenvolver o espírito empreendedor e uma cultura de inovação. Igualmente, em termos de políticas públicas nos domínios económicos e empresariais, o fomento ao empreendedorismo feminino surge como um fator de mobilização das mulheres para a vida económica ativa, bem como uma estratégia de apoio a iniciativas empresariais, particularmente propícias à promoção dos fatores da igualdade entre homens e mulheres.

Na sociedade contemporânea o empreendedorismo assume um papel importante, no que concerne à promoção da inovação e da competitividade dos territórios.

O empreendedorismo estabelece novos caminhos para uma sociedade em mudança, globalizada e em constante avanço tecnológico, bem como para o desenvolvimento de novas competências essenciais na instrumentalização dessa mudança.

O empreendedorismo vai além do empresário ou do espírito empresarial, surge como a forma de fomentar novos comportamentos e novas praxis fundamentais para fazer frente às novas exigências.

A importância do desenvolvimento de uma cultura empreendedora e de civilidade é fundamental para que a sociedade seja pró-activa, participativa e dinâmica, sendo as instituições que participam no processo de socialização fundamentais para o seu desenvolvimento.

Atento às necessidades dos investidores e empreendedores que elegem Seia para a fixação do seu investimento, o Município procura apoiar e promover os seus projetos, criando diferentes espaços de atendimento e diferentes medidas de apoio, adequados aos diferentes modelos de Investimento e de Empreendedorismo.

Pretende-se a criação de locais de acolhimento aos diferentes projetos empresariais, onde os promotores podem esclarecer dúvidas e encontrar o apoio/ acompanhamento necessário na fase de constituição e de afirmação dos seus projetos. Numa base de sustentabilidade e responsabilidade social, este apoio é dirigido às iniciativas de promoção do auto-emprego, de criação de micro, pequenas e médias empresas.

A aposta na Fábrica de Empreendedorismo e Networking da Serra da Estrela (FENSE) visa assim a criação de um ecossistema de trabalho colaborativo desenhado para a criação e crescimento de negócios, proporcionando condições técnicas facilitadoras da instalação de novas empresas no concelho de Seia, através da estimulação da criatividade, da inovação e de sinergias entre diferentes parceiros institucionais de negócio.

O projeto, que nasce da vontade da Câmara Municipal de Seia, visa o desenvolvimento económico do concelho, apoiando os empreendedores e as empresas, através da promoção do empreendedorismo e da iniciativa, enquanto fator económico. Disponibilizamos serviços integrados e flexíveis como a cedência de espaços e serviços partilhados, formação e mentoria, consultoria especializada e um programa de eventos regulares de apoio ao empreendedorismo.

O Município de Seia investe no empreendedorismo enquanto modelo de desenvolvimento, apostando em tornar a nossa comunidade num local melhor e mais dinâmico, continuando a construir os caminhos duma cidade/concelho virado para as pessoas, como um espaço de modernidade, com mais saberes, mais conhecimentos e mais cidadania. Apoiando a modernização e competitividade do nosso tecido empresarial, como fator de promoção da qualidade de vida das pessoas.

No âmbito da intervenção municipal, e após muita persistência, foi possível chegar a acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no sentido de reabilitar o extinto CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas, para o acolhimento empresarial, empreendedorismo local e formação, tendo em vista a criação de emprego. Porque a fixação da população na região só é possível por via da modernização e diversificação do tecido empresarial, a iniciativa pretende contribuir para a consolidação de empresas já existentes, favorecendo a sua modernização/expansão, a criação de micro pequenas empresas, bem como projetos empresariais que tenham por base a inovação.

No espaço do antigo CACE pretende-se instalar a designada Fábrica de Empreendedorismo e N*etworking* da Serra da Estrela (FENSE), o espaço será dotado de todas as condições para a partilha de recursos, experiências e ideias, favorecendo o desenvolvimento do *networking* e a promoção de formação/qualificação.

Com esta iniciativa, o Município aposta no empreendedorismo, reter e atrair talento, criar novas oportunidades e reforçar medidas de incentivo e promoção das nossas *startups*, empresas e empreendedores: Mais empreendedores, mais atitude empreendedora.

A iniciativa visa, igualmente, estimular a criação de novas parcerias regionais, em Portugal e no estrangeiro, através do desenvolvimento de redes de negócio e de intercâmbio entre empresas e instituições de ensino e de formação. Para operacionalizar e dinamizar este projeto, encontra-se constituída uma comissão de acompanhamento, inicialmente (1ºano), presidida pela autarquia, composta pelas duas entidades, a qual incluirá, ainda, as associações empresariais locais, nomeadamente a Associação Empresarial da serra da Estrela e a Associação de Artesãos da serra da Estrela. O protocolo de entendimento será assinado pelas partes oportunamente, em Seia , com a presença da Ministra do Trabalho e da Solidariedade, numa altura em que está a ser ultimado o regulamento de funcionamento daquela estrutura.

No fundo, esta intervenção visa a fixação da população na região através da modernização e diversificação do tecido empresarial que, para além de consolidar empresas já existentes, dá origem à criação de micro e pequenas empresas e projetos empresariais, proporcionando a partilha de recursos, experiências e ideias, fomentando o *networking*, que se concretizem na criação de novos postos de trabalho, de conteúdo funcional e técnico mais rico, contribuindo, simultaneamente, para uma maior estabilidade do emprego.

A Fábrica de Empreendedorismo e N*etworking* da Serra da Estrela pretende, nomeadamente, promover a formação/qualificação e o emprego; apoiar a criação de micro e pequenas Empresas e outros projetos empresariais recorrendo, designadamente, aos Programas e Medidas especificas vocacionadas para o efeito e em vigor; promover o empreendedorismo apoiando a criação, desenvolvimento e a consolidação de novas empresas, assentes nos setores estratégicos de Seia e da Região; revitalizar a atividade económica e o tecido empresarial do concelho; prestar serviços de *Cowork* e de Apoio Técnico no âmbito da constituição de novas empresas, elaboração de plano de investimentos, bem como desenvolvimento de plano de negócios e de acompanhamento da execução de candidaturas aprovadas; estimular a criação de parcerias regionais, nacionais e internacionais, designadamente através do desenvolvimento de redes de negócio e de intercâmbios, entre empresas e instituições de ensino e de formação.

O Município de Seia, atento à realidade resultante da pandemia, lançou um conjunto de instrumentos de apoio para as empresas e empresários, no sentido de aliviar significativamente os seus encargos financeiros, num momento em que o tecido económico local se viu e vê confrontado com as restrições de controlo da pandemia por COVID-19.

Novos e constantes desafios serão colocados a todos, e a resiliência dos territórios será colocada à prova, assim como a capacidade de intervenção dos diferentes *stakeholders* desse mesmo território. Neste sentido, a valorização do concelho de Seia passa cada vez mais, pelo ponto de encontro e debate entre cidadãos e atores locais, públicos e privados, visando, no essencial, incentivar o desenvolvimento socioeconómico do nosso território, sustentado pelas suas competências e potencialidades endógenas, numa perspetiva de alinhamento estratégico e de intervenção sustentada e equilibrada em rede, num processo de articulação simples, eficiente e de adaptação contínua.

Desta forma, considera-se que este eixo suporta contributos para 14 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: 1 – Erradicação da pobreza, 2 – Fome zero e agricultura sustentável, 3 – Saúde e bem-estar, 5 – Igualdade de Género, 7 – Energia limpa e acessível, 8 – Trabalho decente e crescimento económico, 9 – Indústria, inovação e infraestruturas, 10 – Redução das desigualdades, 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, 12 – Consumo e produção responsáveis, 13 – Ação contra a mudança global do clima, 14 – Vida na água, 15 – Vida terrestre, 17- Parcerias e Meios de Implementação.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL
1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA
2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
3 SAÚDE E BEM-ESTAR
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
5 IGUALDADE DE GÊNERO
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL
8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS
13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA
14 VIDA NA ÁGUA
15 VIDA TERRESTRE
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Eixo G - Vulnerabilidades (Envelhecimento, Deficiências, Habitação, Multiculturalidade, Pandemia, Segurança e Violência, Sem-abrigo)

Refletir sobre vulnerabilidade implica verificar a existência de uma situação de risco, isto é, significa que pessoas e/ou comunidades estão numa situação de fragilidade - seja por motivos sociais, económicos, ambientais ou outros - e por isso estão mais vulneráveis ao que possa advir dessa exposição.

Se o desenvolvimento humano consiste num alargamento das escolhas, a vulnerabilidade humana decorre essencialmente de uma restrição das escolhas cruciais para o desenvolvimento humano. Muito frequentemente, a vulnerabilidade está associada a práticas de exclusão, de discriminação, de violação de direitos humanos, sociais, económicos, políticos, ambiente, sendo que todas elas pressupõem uma dimensão de risco e fragilidade.

Este eixo é algo abrangente, uma vez que engloba diferentes tipos de vulnerabilidades.

Ao nível do envelhecimento este está a tornar-se numa das transformações sociais mais significativas do século XXI, com implicações transversais a todos os setores da sociedade – no mercado laboral e financeiro, na procura de bens e serviços como a habitação, transportes, proteção social e nas estruturas familiares e laços intergeracionais.

Estima-se que o número de idosos, com 60 anos ou mais, duplique até 2050 e mais do que triplique até 2100, passando de 962 milhões em 2017 para 2,1 mil milhões em 2050 e 3,1 mil milhões em 2100. Em todo o mundo, a população com 60 anos ou mais está a crescer mais rapidamente do que todos os grupos etários mais jovens. A população com mais de 60 anos está a crescer a uma taxa de cerca de 3% ao ano.

Ao nível concelhio, a população envelhecida junto com o isolamento são fatores associados preocupantes, uma vez que apesar de existir uma alargada cobertura das IPSS, a realidade demonstra que ainda há população sem resposta.

No âmbito das deficiências é imprescindível qualificar e estreitar as respostas concelhias e regionais, bem como aumentar o conhecimento acerca da problemática no concelho.

As pessoas com deficiência ou incapacidade têm direito a vários benefícios e respostas de apoio que promovem a sua autonomia e cidadania. Conhecer a realidade no nosso território e caracterizar as tipologias existentes permitirá uma atuação mais dirigida.

Outra vulnerabilidade prende-se com a habitação. De acordo com a Lei n.º 83/2019 de 3 de setembro, todos têm direito à habitação, para si e para a sua família, independentemente da ascendência ou origem étnica, sexo, língua, território de origem, nacionalidade, religião, crença, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, género, orientação sexual, idade, deficiência ou condição de saúde.

Importa renovar os incentivos para a adequabilidade habitacional às necessidades territoriais especificas, de acordo com o munícipe.

Ao nível concelhio importa realçar o avanço que se pretende introduzir, com a elaboração da Estratégia Local de Habitação (ELH), assim como os incentivos municipais existentes e os propostos pelo governo central.

A diversidade cultural é uma realidade nas sociedades atuais. No entanto, arrastamos séculos de racismo e os conflitos culturais persistem até hoje, provocando dificuldades tanto para aqueles que sofrem de discriminação como para o bem-estar social de todos. A compreensão e a harmonia entre as culturas devem ser temáticas a abordar de forma precoce, para a multiculturalidade seja uma mais valia, e não motivo de discriminação.

Se olharmos em nosso redor damos conta que a sociedade se transformou numa sociedade multicultural. A multiculturalidade é reconhecida como sendo uma identidade cultural individual que se constrói através de diálogos coletivos e através do respeito mesmo existindo diferenças culturais e/ou política, ou seja, é a existência de seres humanos com certas normas e hábitos culturais diversificados dentro do mesmo espaço.

O principal objetivo da multiculturalidade é conservar as características particulares de cada grupo, a promoção da interação e o respeito entre diferentes culturas garantindo assim a igualdade para todos.

Quanto às questões da segurança e das violências, importa difundir as convenções dos direitos humanos e dos direitos da criança, pressupostos em matéria de não discriminação em razão do

sexo e igualdade entre mulheres e homens (IMH), de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica (VMVD), e de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais,

No que concerne aos sem-abrigo e no âmbito da redefinição da ENIPSSA para o período de 2017-2023 considerou-se que a designação deveria passar a ser pessoa em situação de sem-abrigo, uma vez que não se deve assumir o sem-abrigo como condição de vida de uma pessoa, mas sim como uma situação que poderá caraterizar uma determinada fase na vida de uma pessoa e que se deseja ser de transição na vida do indivíduo. Portanto, pessoa em situação de sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre, sem teto,vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário.

Paralelamente a COVID-19 surpreendeu autoridades e indivíduos pela velocidade com que se tornou uma pandemia mundial e pelos impactos nos direitos humanos, seja diretamente, seja pela adoção, tanto por Estados desenvolvidos quanto por Estados em desenvolvimento e mesmo Estados subdesenvolvidos, de medidas pautadas em tentativas, erros e acertos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu orientações aos Estados sobre as medidas que deveriam ser tomadas para conter o risco de contaminação e solicitou que as respostas governamentais fossem pautadas por evidências científicas, levando-se em consideração os fatores socioeconómicos, e o respeito aos direitos humanos, uma vez que a pandemia veio acentuar vulnerabilidades já existentes, configurando o que se denomina como vulnerabilidades sobrepostas.

Em relação aos impactos em direitos, foi realizado um diagnóstico dos direitos humanos mais afetados pela COVID-19, no contexto da e nas respostas à pandemia. Dos direitos referenciados podemos referir, nomeadamente, direito à saúde (física e mental), direitos sanitários (incluído acesso à água), não-discriminação (incluindo-se xenofobia), liberdade de locomoção, liberdade de associação e liberdade de reunião, acesso à informação, direito ao trabalho e à renda, direitos dos trabalhadores, direito ao meio ambiente equilibrado, direito à privacidade, direito à intimidade, direito à propriedade privada, direito à alimentação ou segurança alimentar e assistência humanitária. Esta exemplificação dos direitos pode ser alterada no contexto atual e

pós pandemia, e em função de impactos existentes ou que possam ocorrer a médio e longo prazo.

O atual momento de calamidade sanitária vivenciado pela humanidade deve ser encarado como um desafio coletivo, pois o novo coronavírus, SARS-CoV-2, e a doença por ele provocada, Covid-19, são multidesafiantes e as suas implicações transversais a todas as esferas. Salientar todas as medidas locais que o Município de Seia providenciou com o objetivo de fazer face a esta situação de pandemia, não só em termos de apoios económicos, mas principalmente na intervenção direta com as populações e na disponibilização de todos os meios necessários para se garantir a vacinação a todos os munícipes.

Em suma, é importante apoiar a capacitação institucional e articulação entre as entidades locais, com responsabilidade no desenvolvimento e implementação de ações de intervenção social dirigidas a todos os munícipes, mas nomeadamente às populações com maior vulnerabilidade.

Desta forma, considera-se que este eixo suporta contributos para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: 1 – Erradicação da pobreza, 2 – Fome zero e agricultura sustentável, 3 – Saúde e bem-estar, 4 – Educação de Qualidade, 5 – Igualdade de Género, 6 – Água potável e saneamento, 7 – Energia limpa e acessível, 8 – Trabalho decente e crescimento económico, 9 – Indústria, inovação e infraestruturas, 10 – Redução das desigualdades, 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, 12 – Consumo e produção responsáveis, 13 – Ação contra a mudança global do clima, 14 – Vida na água, 15 – Vida terrestre, 16 – Paz, Justiça e Intervenções eficazes, 17- Parcerias e Meios de Implementação.

Análise SWOT – Ambiente, Turismo e Energia

Forças	Fraquezas
■ Águas balneares de qualidade excelente ■ Artesanato ■ Aumento da rede de pontos de recolha seletiva (ecopontos) ■ Beleza dos seus espaços naturais ■ Biodiversidade de relevância internacional, incluindo um número elevado de espécies raras, ameaçadas e protegidas por lei. ■ Centro de Interpretação da Serra da Estrela ■ Cobertura da quase totalidade dos alojamentos do concelho pela rede de distribuição de água ■ Dinamização e organização de eventos temáticos (e.g. Cabeça Aldeia Natal, Feira do Queijo, Festival da Castanha, Festival do Tremoço, Festa da Transumância e dos Pastores, Festa de Todos os Santos, Festas da Cidade…) ■ Diversidade de equipamentos museológicos e interpretativos ■ Escola Superior de Turismo e Hotelaria do IPG ■ Existência de transportes ecológicos (VaieVem e serviço de bicicletas elétricas de uso partilhado) ■ Festival de Cinema Ambiental CINEECO ■ Intervenções de requalificação da rede viária municipal ■ Intervenção Municipal de defesa da floresta ■ Loja da Poupança Energética de Seia ■ Montanhismo e escalada ■ Oferta significativa de Alojamento Local ■ Parque Natural da Serra da Estrela – destino turístico reconhecido ■ Percurso pedestre ciclável do rio Seia ■ Praias Fluviais com características singulares ■ Produtos endógenos diversificados e de elevado reconhecimento nacional ■ Rede de Aldeias de Montanha ■ Rede Municipal de Percursos Pedestres ■ Requalificação dos viveiros florestais da Portela de Arão ■ Riqueza e qualidade gastronómica ■ Serra da Estrela classificada Geopark Mundial da UNESCO ■ Serviço de recolha seletiva porta a porta para comércio e serviços	■ Acesso dos turistas à Torre privilegiando outros itinerários ■ Dispersão da área rural ■ Ausência de ofertas dirigidas às famílias ■ Baixa qualificação dos recursos humanos na área do turismo ■ Concentração de visitantes em determinados espaços territoriais (e.g. Torre) ■ Dificuldade em manter o acesso transitável às localidades situadas a maior altitude, aquando das condições climatéricas adversas propícias à queda de neve ■ Distância dos principais aeroportos do país ■ Elevada sazonalidade da procura turística ■ Escassez de oferta de transportes públicos, especialmente em espaço rural ■ Falta de prolongamento da rede de ciclovias no circuito urbano, estendendo a mesma a zonas de interesse no espaço rural envolvente ■ Falta de um sistema de valorização de resíduos urbanos biodegradáveis e das sobrantes agrícolas e florestais ■ Informação e sinalética algo inconsistente, incoerente e não uniformizada ■ Lenta atratividade dos percursos pedestres de montanha ■ Manutenção dos espaços de lazer em espaço rural ■ Percursos pedestres com renovação e adaptação com acessibilidades garantidas ■ Poucos espaços verdes e/ou lazer no perímetro urbano ■ Povoações dispersas e com poucas estruturas de apoio à restauração ■ Recursos limitados na gestão do PNSE ■ Redução da importância do setor primário, em particular da agricultura e pastorícia ■ Reduzida e deficiente promoção e divulgação do destino turístico, especialmente fora do país

Análise SWOT – Ambiente, Turismo e Energia (Cont.)

Forças	Fraquezas
■ Sistema de Recolha de óleos alimentares usados ■ Turismo em espaço rural ■ Valorização das espécies autóctones, nomeadamente castanheiro, sobreiro, teixo, azereiro, flor dos montes hermínios ■ Valorização do património construído	

Análise SWOT – Ambiente, Turismo e Energia (Cont.)

Oportunidades	Ameaças
■ Aposta da administração central e local na ruralidade e autenticidade de lugares e populações da região, principalmente pela crescente preocupação com a preservação e com a sustentabilidade ■ Aumento da taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos ■ Aumento da procura por parte do mercado interno ■ Certificação da oferta turística ■ Constituição de rede de estações meteorológicas ■ Criação de estrutura municipal de divulgação climatérica ■ Criação de redes de faixa de gestão de combustíveis e mosaico de parcelas de gestão de combustíveis ■ Desenvolvimento da rede de percursos de Grande e Pequena Rota abrangente e atrativa ■ Desenvolvimento de projetos de infraestruturação dos património de interesse natural ■ Execução das propostas do Plano de Mobilidade Sustentável, com particular destaque para a promoção dos transportes públicos e dos modos suaves ■ Formação de alunos para o setor do turismo, em particular na ESTH ■ Fundos comunitários para articulação entre ambiente e desenvolvimento ■ Implementação de medidas de eficiência hídrica no sistema de abastecimento público de água ■ Implementação de uma política de gestão da resíduos urbanos biodegradáveis (RUBs) ■ Incentivo ao consumo de produtos locais ■ Melhoria do nível de cobertura de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais e por ETAR ■ Melhoria na cooperação entre municípios para a criação de estratégias de inovação e desenvolvimento do turismo ■ Melhoria na rede e acessibilidade aos transportes públicos ■ Minimização das situações de roturas nos sistemas de abastecimento de água ■ Promover a eficiência energética dos edifícios camarários	■ Ameaça dos incêndios ■ Ausência de plano de monitorização e controlo de invasoras lenhosas, e.g. mimosas - *acácia delbata*, ailanto – *ailanthus altissima*, acácia das espigas – *acacia longifolia*, cortadeira – *cortaderia sellona*, háquea-picante – *Hakea sericea* ■ Banalização da marca Serra da Estrela ■ Competitividade territorial entre destinos ■ Comprometimento da execução das ações que dependam da disponibilização de fundos financeiros a nível nacional e comunitário que sustentem os investimentos propostos ■ Desemprego ■ Desertificação dos solos ■ Despovoamento e abandono rural e urbano ■ Dificuldade de fixação de emprego qualificado no turismo ■ Falta de rentabilidade da floresta ■ Impacto das alterações climáticas (e.g. incêndios, tempestades, secas, escassez de água) ■ Incapacidade das empresas para investir e falta de incentivos fiscais atrativos, pelo contexto global desfavorável ao investimento ■ Modificação do paradigma turístico face às alterações climáticas (perda da importância da serra da Estrela enquanto destino turístico de inverno) ■ Pagamento das portagens das SCUTS ■ Pandemia e Crise Económica ■ Perda do património natural e cultural ■ Redução de empresas ligadas ao comércio tradicional ■ Desinteresse gerado pelas más acessibilidades regionais

Análise SWOT – Ambiente, Turismo e Energia (Cont.)

Oportunidades	Ameaças
■ Proximidade de Espanha ■ Realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo ■ Reconhecimento da relevância da geodiversidade e biodiversidade do território, quer a nível nacional quer internacional ■ Recuperação económica pós pandemia; ■ Substituição integral das luminárias de iluminação pública por lâmpadas LED, visando a otimização energética e a salvaguarda ambiental ■ Taxa da procura de experiências de turismo de natureza e aventura ■ Tendência para a adoção de estilos de vida saudáveis, incluindo a prática de atividade física em contacto com a natureza ■ Tendência para o absentismo e abandono pode facilitar ações de cadastro e intervenção preventiva em espaço rural	

Análise SWOT – Coesão Territorial, Acessibilidades e Parcerias

Forças	Fraquezas
■ Acessibilidades aos diversos serviços públicos ■ Diversidade de respostas sociais ■ Diversidade geográfica ■ Exposocial ■ Número de entidades existentes no concelho ■ Organização de programação diversificada ■ Qualidade ambiental ■ Rede Social e Conselho Local de Ação Social de Seia	■ Acessibilidades rodoviárias deficitárias ■ Analfabetização ■ Despovoamento das freguesias ■ Falhas de articulação entre entidades ■ Fraca conectividade institucional ■ Fraca cultura de partilha interinstitucional ■ Índice de envelhecimento ■ Orografia do território ■ Pirâmide etária ■ Produtividade dos setores ■ Relação rural-urbana ■ Taxa de desemprego

Análise SWOT - Coesão Territorial, Acessibilidades e Parcerias (Cont.)

Oportunidades	Ameaças
■ Acessibilidade digital ■ Apoio à Mobilidade Geográfica ■ Atratividade do território, integração territorial e cooperação entre regiões ■ Aumentar a qualidade de vida ■ Competitividade do tecido económico ■ Construção de infraestruturas e equipamentos conducentes com a melhoria da qualidade de vida dos munícipes ■ Criação e desenvolvimento de estruturas/equipamentos de base tecnológica (Fab-Labs, Makers) ■ Desenvolvimento de projetos fronteiriços ■ Desenvolvimento urbano sustentável ■ Eficiência da administração pública ■ Eficiência energética/energias renováveis ■ Estimular cooperação interna e supraconcelhia ■ Governança territorial participativa ■ Incentivos à fixação ■ Inovação da base económica ■ Partilha de boas práticas e de estratégias de atuação entre parceiros do CLAS e entre *stakeholders* do território e/ou com intervenção territorial ■ Programa *Rede em Prática* ■ Promover a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais ■ Reforço da cooperação e do intercâmbio entre IPSS ■ Reforço de serviços públicos de proximidade ■ Reforço na I&D	■ Ausência de investimento nas infraestruturas por parte do governo central, nomeadamente IP's ■ Capacidade de captação do investimento ■ Carências habitacionais ■ Dificuldades de acesso a informação ■ Dificuldades na sustentabilidade institucional ■ Distribuição de rendimentos ■ Escassez de qualidade e especialização do capital humano ■ Grau de utilização das TIC ■ Interioridade ■ Pandemia COVID-19 ■ Recursos humanos escassos ■ Reforço da comunicação ineficaz

Análise SWOT - Educação, Formação e Qualificação Profissional

Forças	Fraquezas
■ Ação Social Escolar Municipal ■ Autarquia Familiarmente Responsável ■ Cartão Municipal Jovem ■ Centro Qualifica ProSena, S.A. – único na zona de abrangência entre Seia e Guarda dentro da CIM Beiras e Serra da Estrela ■ Cidade Amiga das Crianças UNICEF ■ Conselho Municipal de Educação ■ Desporto escolar expressivo e multidesporto ■ Diversidade de entidades educativas e formativas ■ Estabelecimentos de ensino nos diversos níveis, desde o pré-escolar ao superior ■ Ludoteca ■ Município Amigo do Desporto ■ Museu do Brinquedo para o Ensino Superior ■ Programa de Educação para a Saúde ■ Programa de Educação Parental ■ Recursos humanos especializados ■ Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo	■ Ausência de dinâmica escola-família ■ Competências parentais frágeis ■ Comunicação deficitária entre as diferentes entidades educativas e formativas ■ Desadequação dos modelos de ensino ■ Desvalorização do papel da escola ■ Escassez de recursos humanos especializados ■ Inexistência de dinâmica entre os diferentes estabelecimentos de ensino dos diversos níveis ■ Forma e grau de envolvimento e participação dos encarregados de educação e dos alunos na entidade ■ Fracos rendimentos dos agregados familiares ■ Problemáticas familiares ■ Relações intra e inter familiares

Análise SWOT - Educação, Formação e Qualificação Profissional (Cont.)

Oportunidades	Ameaças
■ Criação de espaços de lazer ■ Envolvimento da comunidade ■ Equipamentos municipais diversos, nomeadamente o Museu do Brinquedo, CISE, a Casa das Artes, o Museu da Eletricidade ■ Estágios de Verão para jovens ■ Existência de técnicos com competências específicas ■ Formação especializada para agentes educativos e/ou formativos ■ Fortalecimento dos valores de cidadania ■ Incentivo à importância da família ■ Melhorar o apoio às crianças, e.g. parques de brincar, atividades lúdicas e desportivas nas freguesias diversificadas, bibliotecas nas freguesias ■ Mês da prevenção dos maus tratos infantojuvenis ■ Oferta educativa e condições de acesso à educação ■ Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) ■ Programas de prevenção ■ Recursos educativos específicos que pretendem proporcionar a estas crianças/jovens os mecanismos necessários e facilitadores da sua inclusão, aprendizagem e formação ■ Redução das assimetrias de género ■ Reforço da articulação entre entidades	■ Acessibilidades rodoviárias ■ Acessibilidades Rodoviárias ■ Ausência de respostas especificas de suporte à autonomização de crianças e jovens ■ Ausência de respostas para ocupação de crianças e jovens ■ Características psicossociais dos indivíduos ■ Desertificação e despovoamento ■ Dificuldades de construção de projetos de vida ■ Dificuldades familiares ■ Escassez de recursos humanos especializados ■ Falta de concertação da oferta educativa/formativa ■ Fraca consciencialização sobre Direitos Humanos e sobre a Convenção dos Direitos das Crianças ■ Indisciplina ■ Pouca utilização da rua enquanto espaço de intergeracionalidade e de desenvolvimento pessoal e social ■ Violência entre pares

Análise SWOT – Intervenção Social

Forças	Fraquezas
■ Cartão Municipal Jovem e Sénior ■ Co-construção de projetos de vida para indivíduos com características biopsicossocias, de saúde e económicas especificas ■ Comemoração do Dia da Criança com o envolvimento dos trabalhadores da CMS ■ Criação de espaços verdes e de lazer (e.g. parques, ciclovias, jardins) ■ Criação de um parque intergeracional ■ Dimensão dos equipamentos coletivos de âmbito social ■ Equipamentos coletivos de âmbito social no concelho, abrangendo um leque diversificado de atividades ■ Estratégia Local de Habitação (ELH) ■ Entrelaços – lojas sociais concelhias ■ Existência da Equipa Local de Intervenção Seia/Gouveia (Intervenção Precoce) ■ Existência de Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ■ Existência de Instrumentos de gestão do desenvolvimento social e educacional, e.g. Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social, Carta Educativa ■ Funcionamento do Núcleo Local de Inserção (NLI) ■ Implementação de atividades no mês de abril, colocando em prática a aplicação dos Direitos das Crianças e prevenção dos maus tratos ■ Intervenção das diversas equipas no território, nomeadamente, Rendimento Social de Inserção, EIVIDA, GIPA, Alavanca, CLDS 4G ■ Programas da Guarda Nacional Republicana, e.g. Escola Segura, Comércio Seguro e Censos Seniores ■ Programa ABEM/Dignitude ■ Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas e Programa Cantina Social ■ Reconhecimento do estatuto de cuidador informal (Seia Projeto Piloto) ■ Redução de tarifas de água para famílias numerosas ■ Reforço dos apoios municipais, nomeadamente na saúde e a habitação ■ Regulamento Municipal de apoio à Natalidade e à Adoção	■ Ausência de estruturas de suporte de apoio às famílias no âmbito da conciliação da vida familiar e profissional (trabalho por turnos, fins-de-semana) ■ Analfabetismo funcional (e.g. acesso aos serviços, preenchimento de formulários) ■ Baixos rendimentos das famílias ■ Conhecimento insuficiente da população estrangeira a residir no concelho ■ Consumo excessivo de substâncias psicoactivas ■ Deficit de competências parentais ■ Desresponsabilização familiar do seu papel institucional ■ Fraca cultura de igualdade de género e de inclusão ■ Fragilidade/vulnerabilidade familiar ■ Insuficiente atualização dos utilizadores das diversas lojas socais ■ Insuficiência de respostas ao nível do apoio para pagamento de despesas com arrendamento, eletricidade, gás ou despesas especificas (e.g. próteses, óculos, equipamento) ■ Insuficiência na resposta ao nível da mediação familiar ■ Rede viária deficitária ■ Redução da acessibilidade aos transportes públicos nas freguesias ■ Tipologia de funcionamento do programa Cantina Social ■ Violência doméstica ■ Vulnerabilidades familiares

Análise SWOT – Intervenção Social (Cont.)

Forças	Fraquezas
■ Regulamento Municipal de Apoio à Vacinação ■ Regulamento Municipal de Comparticipação em despesas com Medicamentos ■ Seia uma Autarquia Familiarmente Responsável ■ Seia uma Cidade Amiga das Crianças UNICEF ■ Taxa de IMI enquanto fator de discriminação fiscal positiva às famílias ■ Território com Instituições com proximidade aos utentes e às populações ■ Orçamento Participativo Municipal	

Análise SWOT – Intervenção Social (Cont.)

Oportunidades	Ameaças
■ Acompanhamento da construção de projetos de vida adequados e sustentáveis, considerando as características psicossociais dos indivíduos ■ Adoção de medidas de acompanhamento de proximidade às famílias ■ Atribuir incentivos à fixação de profissionais especializados na área de intervenção social e de saúde ■ Aumento das respostas sociais de apoio às famílias ■ Condições de segurança e conforto dos equipamentos coletivos de âmbito social ■ Disponibilização de espaço do cidadão ■ Especialização da oferta dos equipamentos coletivos de âmbito social ■ Existência de equipamentos sociais com espaços disponíveis para outros fins, auditórios, salas de formação, espaços desportivos ou polivalentes (exteriores ou não) e ludobibliotecas ■ Implementação de uma atitude ecológica sustentável ■ Incentivo à fixação da população, em particular mais jovem ■ Incentivo do exercício de parentalidade visando a proteção das crianças e jovens ■ Incentivo a novas práticas de agricultura e à industria alimentar ■ Intervenção especifica nas disfuncionalidades das famílias do concelho de forma colaborativa e cooperativa ■ Investimento na capacitação dos profissionais (saúde, educação, intervenção social) ■ Melhoria da atitude ambiental e dos hábitos de reciclagem ■ Melhoria das respostas especificas de suporte a determinados indivíduos da população, nomeadamente sem retaguarda familiar, em situações de risco psicossocial, ou em institucionalização em fase de reintegração ou autonomização ■ Orçamento Participativo Nacional ■ Programa 1.º Direito ■ Programa Especial de Desenvolvimento Urbano (PEDU) ■ Programa PARES ■ Programa Operacional de inclusão Social e Emprego	■ Aumento da vulnerabilidade financeira das famílias e organizações no território ■ Ausência de medidas preventivas e de sustentabilidade que atenuem efeitos das crises ■ Constrangimentos financeiros dos equipamentos coletivos de âmbito social ■ Constrangimentos no acesso aos equipamentos coletivos de âmbito social ■ Escassez da oferta da rede viária ■ Fraca comunicação institucional ■ Fracas acessibilidades ■ Frágil tecido empresarial ■ Índice de envelhecimento ■ Inexistência de respostas especializadas em saúde mental ■ Insuficiente rede de transportes públicos nas diversas freguesias do concelho ■ Pandemia COVID-19 ■ Preponderância do financiamento público para construção de equipamentos sociais geridos por entidades públicas e por entidades privadas sem fins lucrativos

Análise SWOT – Intervenção Social (Cont.)

Oportunidades	Ameaças
■ Potenciar a proximidade com a comunidade para incentivar a participação ■ Programa Adélia da CPCJ ■ Promoção da intergeracionalidade ■ Proximidade com a Comunidades ■ Sensibilização da Associação de Comerciantes e dos Artesãos para atendimento ao público dirigido às crianças ■ Transferência de Competências para os Municípios	

Análise SWOT – Saúde e Qualidade de Vida

Forças	Fraquezas
■ Consultas especialidade no território (e.g. psiquiatria, cardiologia) ■ Equipa Multidisciplinar Comunitária (EMC) ■ Grupo de Intervenção para a Problemática do Alcoolismo (GIPA) ■ Programa de Substituição Opiácea ■ Projeto no âmbito dos comportamentos aditivos e nas dependências (ALAVANCA) ■ Protocolo com ARS para promoção de hábitos saudáveis no território ■ Rede Nacional de Cuidados Integrados Continuados na ULS Guarda Hospital Nossa Senhora da Assunção e Santa Casa da Misericórdia ■ Reforço das zonas de atividade física ao ar livre ■ Regulamento municipal de apoio à aquisição de medicação e vacinação ■ Seia Município Amigo do Desporto ■ Seia uma Autarquia Familiarmente Responsável ■ Seia uma Cidade Amiga das Crianças UNICEF ■ Unidade de Cuidados à Comunidade da ULS Guarda - Centro de Saúde Seia ■ Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados ■ Unidade Móvel de Saúde ■ Projeto piloto Programa dos Cuidadores informais ■ Requalificação do edifico da ULS Guarda – Centro de Saúde de Seia ■ Conjunto significativo de equipamentos culturais	■ Ausência de formação/informação para cuidadores formais e informais ■ Ausência de respostas especificas de suporte a determinados indivíduos da população, nomeadamente sem retaguarda familiar, em situações de risco psicossocial, ou em institucionalização em fase de reintegração ou autonomização ■ Certo distanciamento das comunidades imigrantes dos eventos culturais e que a marca identitária do município (elitizada) não reflete a diversidade existente, contribuindo desta forma para a fragmentação da sociedade ■ Comportamentos aditivos ■ Dependências ■ Dificuldade de acesso aos dados referentes à saúde mental e tipologias psiquiátricas do concelho ■ Dificuldades de acesso aos serviços de saúde ■ Dificuldades económicas que se traduzem na não aquisição de medicação ou consultas de especialidade ■ Dificuldades no transporte, acessibilidade e tempo de espera ■ Elevado tempo de espera para consultas médicas ■ Estigmatização da saúde mental ■ Falta de médicos de família e outros profissionais de saúde (e.g. pedopsiquiatras, psicólogos, terapeutas da fala, enfermeiros) ■ Falta de médicos de família, só médico de recurso ■ Fraca rede de transportes ■ Iliteracia em saúde ■ Incidência da Diabetes I e II na população ■ Inexistência de rendimentos adequados (e.g. valores das pensões, desemprego, emprego precário) ■ Inexistência de respostas sociais na área da saúde mental ■ Número de casos de Polineuropatia Amiloidótica Familiar (PAF) ■ Perda de consultas de especialidade

Análise SWOT – Saúde e Qualidade de Vida (Cont.)

Forças	Fraquezas
	■ Pessoas em situação de carência económica com dificuldades de fazer face às despesas várias, incluindo pagamento de medicamentos ou de transporte para a sua deslocação ■ População com dificuldades de autonomia, nomeadamente ao nível da saúde e higiene e na realização de exames, consultas, de forma autónoma ■ Prevalência de doenças do foro mental ■ Quadros psicopatológicos ■ Respostas de apoio aos cuidadores informais são ainda escassas seja ao nível da informação, formação e capacitação; do apoio em termos de saúde (incluindo psicológico); da garantia do direito ao descanso; da possibilidade de conciliar prestação de cuidados e vida profissional ■ Tempo de espera nas diversas respostas do sistema nacional de saúde ■ Violência doméstica ■ Vulnerabilidade em matéria de alimentação

Análise SWOT – Saúde e Qualidade de Vida (Cont.)

Oportunidades	Ameaças
■ Adesão de Seia à Rede das Cidades Saudáveis ■ Agendamento de consultas e exames em simultâneo ■ Aplicação de programas de educação para a saúde ■ Beneficiação das estruturas desportivas existentes ■ Conciliação entre vida profissional vida familiar ■ Cuidados de proximidade no âmbito da saúde mental ■ Dinamização dos espaços verdes e de lazer ■ Diversificação da oferta de respostas a pessoas com deficiência e doença mental complementares, como exemplo um Centro de Atividades Ocupacionais, Fórum Sócio Ocupacional ■ Estatuto do Cuidador Informal ■ Humanização dos serviços de saúde ■ Implementação de um selo de compromisso de oferta de alimentação saudável em estabelecimentos concelhios ■ Literacia em saúde, abrangendo as terapêuticas não convencionais regulamentadas e reforçando o recurso a plataformas digitais ■ Prevenção dos riscos psicossociais no local de trabalho ■ Promoção da participação dos alunos na definição de projetos e medidas locais de promoção da saúde em contexto escolar ■ Promoção de Protocolos entre IPSS e Juntas de freguesia/Uniões ■ Promoção de uma rede de recursos qualificados de apoio aos cuidadores informais e formais de pessoas em situação de dependência ■ Realização de ações que favoreçam o bem-estar emocional no contexto dos estabelecimentos de ensino concelhios ■ Reforçar as condições físicas e ambientais do território que promovam a adoção de comportamentos e estilos de vida mais saudáveis ■ Terapias ocupacionais na comunidade	■ Acessibilidades ■ Dificuldades de conciliação vida-trabalho ■ Encerramento de consultas de especialidade ■ Escassez de profissionais especializados ■ Estigmatização da saúde mental ■ Existência de famílias disfuncionais ■ Falta de hábitos de vida saudáveis ■ Fraca participação cívica ■ Grandes dificuldades de construção de projetos de vida adequados e sustentáveis, considerando as características psicossociais dos indivíduos ■ Pandemia(s), nomeadamente COVID-19 ■ Vulnerabilidade económica

Análise SWOT – Tecido Empresarial, Empregabilidade e Empreendedorismo

Forças	Fraquezas
■ Aplicação de medidas governamentais, programas específicos do IEFP ■ Existência de recursos humanos especializados ■	■ Desemprego de longa duração ■ Despovoamento ■ Envelhecimento da população ■ Fraca oferta de rede de transportes públicos ■ Graves carências na rede viária

Análise SWOT – Tecido Empresarial, Empregabilidade e Empreendedorismo (Cont.)

Oportunidades	Ameaças
■ Abrangência do Vai e Vem ■ Atração e manutenção do capital humano qualificado na organização, promovendo simultaneamente a motivação dos mesmos e o aumento da sua produtividade ■ Atribuição de prémio municipal à empresa do ano ■ Campanhas de atração e retenção de clientes, parceiros, fornecedores e investidores no território ■ Caracterização do tecido empresarial e as suas necessidades em recursos humanos e inovação ■ Criação de programa municipal de incentivo ao empreendedorismo, nomeadamente jovem e da população feminina ■ Dinamização de campanhas para redução dos riscos psicossociais nas diversas entidades do território ■ Dinamização da Fábrica de Empreendedorismo e Neteworking da Serra da Estrela (FENSE), para espaço de coworking e incubadora de empresas ■ Estágios de Verão para jovens ■ Implementação de ações de prevenção primária na área dos riscos psicossociais ■ Programa municipal de atribuição de prémios ambientes profissionais saudáveis ■ Promoção de um diferencial competitivo nas organizações do território ■ Redução das assimetrias de género ■ Redução de eventuais cenários de escassez de recursos naturais ■ Reforço da articulação entre entidades ■ Resiliência para a gestão de riscos e cenários de crise ■ Respostas concertadas na elaboração dos planos formativos ■ Sensibilização do tecido empresarial para a responsabilidade social desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e o bem-estar da sociedade ■ Sensibilização para a inclusão de pessoas em situação de desigualdade ■ Sensibilização para conciliação vida-trabalho	■ Acessibilidades rodoviárias ■ Ausência de dinâmica empresarial ■ Ausência de respostas especificas de suporte a determinados indivíduos da população, nomeadamente sem retaguarda familiar, em situações de risco psicossocial, ou em institucionalização em fase de reintegração ou autonomização ■ Diferenças salariais de género ■ Dificuldades de construção de projetos de vida adequados e sustentáveis, considerando as características psicossociais dos indivíduos ■ Escassez de recursos humanos para solicitações de emprego, nomeadamente na área social e da hotelaria e restauração ■ Escasso compromisso com a conciliação da vida familiar e vida profissional ■ Oferta de Emprego Precário ■ Salários desadequados ao posto de trabalho ou horário de trabalho

Análise SWOT – Vulnerabilidades (Envelhecimento, Deficiências, Habitação, Multiculturalidade, Pandemia, Segurança e Violência, Sem-abrigo)

Forças	Fraquezas
■ Apoio Municipal na Reabilitação de Imóveis ■ Cartão Sénior Municipal ■ Equipa de intervenção para a Problemática da Violência Doméstica (EIVIDA) ■ Entrelaços – lojas sociais do concelho ■ Estratégia Local de Habitação (ELH) ■ Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE) ■ Grupo de Trabalho Envelhecimento, Pessoa Idosa, Intergeracionalidade e Dependentes ■ PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano ■ Programas da GNR, Escola Segura, Comércio seguro, Censos Sénior ■ Programa Municipal Oficina Domiciliária ■ Regulamento Municipal de Apoio à Aquisição de Medicação ■ Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos ■ Seia parceira da Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos ■ Seia uma Autarquia Familiarmente Responsável ■ Seia uma Cidade Amiga das Crianças UNICEF ■ Seia uma Cidade Amiga do Desporto ■ Taxa de cobertura das IPSS ■ Técnicos especializados em Educação Parental	■ Abandono e absentismo familiar ■ Apesar da elevada oferta institucional concelhia,verifica-se fraca disponibilidade para atuação em situações especificas, e.g. fase aguda com estabilidade médica, acolhimento ■ Aprofundamento do conhecimento efetivo, quantitativo e qualitativo, da realidade concelhia ao nível das vulnerabilidades ■ Baixa participação cívica de elementos de outras culturas ■ Barreira linguística ■ Barreiras arquitetónicas ■ Dificuldades da área da saúde em conseguir respostas efetivas e adequadas às solicitações e exigentes necessidades dos utentes do concelho e de outros ■ Dificuldades de acolhimento nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) ■ Elevada incidência de psicopatologias ■ Escassez de formação especifica especializada ■ Exclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade social ■ Existência de agrupamentos de alojamentos não clássicos (barracas, roulottes) ■ Existência de comportamentos de discriminação e/ou preconceito ■ Famílias disfuncionais

Análise SWOT – Vulnerabilidades (Envelhecimento, Deficiências, Habitação, Multiculturalidade, Pandemia, Segurança e Violência, Sem-abrigo) (Cont.)

Forças	Fraquezas
	■ Fraca preservação habitacional e de equipamentos da zona histórica ■ Fracas Acessibilidades ■ Fracos rendimentos ■ Habitação degradada ■ Habitações isoladas/ dispersas dos aglomerados populacionais ■ Incapacidade e/ou pouca disponibilidade institucional (ERPI) ■ Incidência de indisciplina e violência em meio escolar ■ Índice de criminalidade no território ■ Inexistência de espaços adequados de audição ou intervenção adequados às diferentes etapas do ciclo de vida ■ Inexistência de habitação social ■ Inexistência de programas de apoio ao arrendamento/compra de habitação ■ Manutenção das dificuldades de articulação e de divulgação das diversas equipas do território ■ Negligência familiar ■ Número reduzido de recursos humanos nas forças policiais ■ Pouca oferta de arrendamento e a existente com fracas condições de habitabilidade ■ Taxa de envelhecimento ■ Taxa elevada de doentes negligenciados, doentes com úlceras de pressão ■ Taxas elevadas de IMI e água ■ Valores elevados dos arrendamentos ■ Violência doméstica com taxa elevada de incidência

Análise SWOT – Vulnerabilidades (Envelhecimento, Deficiências, Habitação, Multiculturalidade, Pandemia, Segurança e Violência, Sem-abrigo) (Cont.)

Oportunidades	Ameaças
■ Acolhimento e integração de imigrantes ■ Acompanhamento na construção e implementação do projeto de vida ■ Ajuste da taxa de IMI ■ Alerta e intervenção comunitária, ao longo do ciclo de vida ■ Aplicação de Projetos piloto no território ■ Autarquias locais intervenção direcionada à população ■ Conhecimento das perspetivas do envelhecimento e papel dos *Mais Velhos* ■ Criação de programa municipal de arrendamento jovem ■ Criação de respostas específicas de suporte a determinados indivíduos da população, nomeadamente com incapacidade e/ou deficiência ■ Cursos de língua portuguesa (português para todos) ■ Dinamização de campanhas de sensibilização e prevenção (e.g. violências, envelhecimento saudável, diminuição de riscos, inclusão social) ■ Discussão de casos em dinâmicas de intervisão ■ Disponibilização de novos fogos de habitação social ■ Existência da Equipa Multidisciplinar Comunitária ■ Formação (profissionais, cuidadores informais) ■ Formação de competências pessoais e sociais ■ Formação de mediadores municipais interculturais ■ Fortalecimento dos valores de cidadania ■ Gabinete de apoio especializado itinerário ■ Importância da administração local e da promoção das atribuições das autarquias locais ■ Incentivo à importância da família e dos cuidadores informais, atuação na negligência familiar ■ Integração na comunidade de grupos étnicos ■ Planeamento Familiar ■ Programa de mentores para imigrantes ■ Programa de mudanças de atitudes no mercado de trabalho ■ Programas de prevenção em diferentes fases, e.g. aprender a envelhecer, envelhecer ativo e saudável, tipologia de cuidados	■ Acessibilidade difícil às diversas respostas sociais ■ Aumento da população imigrante sem situação regularizada ■ Baixos rendimentos das famílias ■ Barreira linguísticas, culturais e religiosas ■ Bulliyng ■ Características do nosso território, e.g. dimensão, isolamento geográfico e social ■ Dependências ■ Despovoamento ■ Dificuldades familiares ■ Discriminação e/ou preconceito ■ Endividamento familiar ■ Escassez de atividades nas entidades ■ Exclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade social ■ Fraca consciencialização sobre os Direitos Humanos e da Convenção sobre os direitos das Crianças ■ Fracas condições económicas ■ Fraco envolvimento das populações em questões de cidadania e voluntariado ■ Grandes dificuldades de construção de projetos de vida adequados e sustentáveis, considerando as características psicossociais dos indivíduos, independentemente do seu posicionamento no ciclo de vida ■ Iliteracia informática ■ Más condições de habitabilidade ■ Maus tratos ■ Pandemias e situações de catástrofe ou emergência ■ Rendas elevadas ■ Saúde mental ■ Surgimento de pessoas sem abrigo ■ Taxa de IMI

Análise SWOT – Vulnerabilidades (Envelhecimento, Deficiências, Habitação, Multiculturalidade, Pandemia, Segurança e Violência, Sem-abrigo) (Cont.)

Oportunidades	Ameaças
■ Programas governamentais (Porta65) ■ Promoção de campanhas contra a discriminação ■ Proporcionar atividades de lazer e ocupação dos tempos livres ■ Provedor identitário ■ Questões legais e legislativas ■ Reabilitação Urbanística ■ Reforçar a apresentação de boas práticas, disseminação das mesmas e estabelecimento de parcerias efetivas no seio do CLAS ■ Retomar o Grupo de Trabalho Envelhecimento, Pessoa Idosa, intergeracionalidade e dependentes ■ Sensibilização dos órgãos de gestão de entidades ■ Voluntariado através BLV de Seia e das diversas entidades de carácter social ou outro do território	■ Violência/Negligência contra idosos ■ Violência doméstica

Alinhamento com Instrumentos de Planeamento

A operacionalização do PDS impõe a coordenação de recursos e intervenções para detetar possibilidades de articulação e de gerar eficiência coletiva em áreas temáticas específicas. Deste modo, é fundamental o alinhamento com outros instrumentos do planeamento a nível nacional e concelhio, principalmente no que refere aos domínios de intervenção prioritários relativos às áreas da saúde, da promoção para a Igualdade e a não discriminação, combate à violência doméstica, imigração, deficiência, dependências e envelhecimento.

Neste sentido, o PDS tem coerência a nível concelhio com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, o Plano Diretor Municipal, Plano de Ação programa Cidades Amigas das Crianças UNICEF e com outros instrumentos em execução nacionais, nomeadamente Plano Estratégico para as Migrações (PEM 2015-2020), Plano Nacional de Saúde (PNS 2015-2020), Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030, IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2018-2021, Plano Nacional para a redução dos Comportamentos aditivos e das Dependências 2013-2020 e 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Neste contexto, as políticas públicas para a não discriminação em razão do sexo e a igualdade entre mulheres e homens, e mais recentemente na área da orientação sexual e identidade de género, têm sido consubstanciadas, nas últimas décadas, em vários planos nacionais. Pretende dar-se início a um novo ciclo de planeamento, assente numa abordagem mais estratégica e ampla, e no compromisso coletivo de todos os setores na definição das medidas a adotar e das ações a implementar. Esta abordagem integrada potencia a colaboração e coordenação de esforços, valorizando uma visão comum que simultaneamente tenha um efeito mais estruturante e sustentável no futuro que se pretende construir.

Paralelamente e como Portugal assumiu também, em particular no quadro da Organização das Nações Unidas, do Conselho da Europa, da União Europeia e da CPLP, outros numerosos compromissos políticos nestes domínios, nomeadamente:

- Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e as 12 áreas críticas e documentos de compromisso decorrentes das suas revisões.
- Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e documentos de compromisso decorrentes das suas revisões.
- Nova Agenda Urbana da ONU até 2036.

- Estratégia do Conselho da Europa para a Igualdade entre Mulheres e Homens 2018-2023, a qual estabelece seis domínios de ação prioritários.
- Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2011-2020 (Conselho da UE), Compromisso Estratégico para a Igualdade de Género 2016-2019 (Comissão Europeia), Pilar Europeu dos Direitos Sociais, e Plano de ação UE 2017-2019 para colmatar as disparidades salariais entre homens e mulheres.
- Estratégia Europa 2020, e o processo de reflexão na sequência do lançamento, em março de 2017, do Livro Branco sobre o futuro da Europa: reflexão e cenários para a UE-27 em 2025.
- Estratégia Nacional para o Portugal 2030, em formulação.
- Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres (CPLP) de 2010, e Plano de Ação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres (CPLP 2017-2020).
- Recomendação CM/Rec(2010)5 do Comité de Ministros aos Estados-Membros do Conselho da Europa sobre medidas para o combate à discriminação em razão da orientação sexual ou da identidade de género que aconselha os Estados-Membro (i) a rever o quadro legislativo existente, compensando eventuais situações de discriminação fundada na orientação sexual ou identidade de género; (ii) a adotar e implementar medidas legislativas para o combate à discriminação em razão da orientação sexual ou da identidade de género, a fim de garantir o respeito pelos direitos humanos das pessoas LGBTI; e (iii) a assegurar às vítimas de discriminação acesso aos meios jurídicos e formas de reparação por atos de discriminação sofridos.

Modelo de Governação

O modelo de governação é um instrumento de apoio à gestão do Plano de Desenvolvimento Social, que orienta o processo e os resultados a alcançar para o desenvolvimento social do nosso território.

Ao modelo de governação cabe-lhe regular o processo de decisão, de planeamento e de coordenação através de uma agenda negocial, entre os detentores de interesses, apoiada em instrumentos agilizadores de práticas inovadoras, integradas e articuladas.

Este modelo assenta num processo de cooperação, reflexão integrada e participativa entre diversos atores, e é gerador de condições para a aprendizagem e inovação. Está também inspirado na perspetiva europeia de articulação multinível e supra setorial, isto é, assenta na construção de parcerias consistentes entre atores e sectores numa relação de interdependência.

O objetivo estratégico visa aumentar e potenciar novas soluções organizacionais, institucionais e políticas para a resolução de problemas interdependentes e complexos a crescerem exponencialmente. Esses são problemas sem solução definitiva nem limitada a um conjunto fechado de soluções por serem horizontais, transversais e multidisciplinares e multissectoriais. Este tipo de problemas coloca um enorme desafio à cultura organizacional, ainda vivida,

caracterizada pela cultura burocrática com dificuldades em lidar com a imprevisibilidade de circunstâncias novas.

Nesse sentido, o modelo de governança de uma rede interorganizacional de políticas públicas é um processo dinâmico criador de transformações na reconfiguração da gestão pública, com vista ao reforço da coesão territorial.

Avaliação e Monitorização

O processo de avaliação e monitorização é uma fase relevante para monitorizar e avaliar a relevância e consistência da estratégia definida pelo PDS e orientar a intervenção social com maior eficácia, eficiência e equidade.

A avaliação e monitorização são momentos fulcrais para o sucesso das ações implementadas, pois através desses momentos consegue-se melhorar e/ou corrigir as ações desenvolvidas e planeadas.

A avaliação é um processo transversal com o objetivo principal de verificar se o plano de desenvolvimento social e o plano de ação estão a ser implementado de forma adequada e eficaz. Ao longo da implementação do plano é efetuada a monitorização para identificar os desvios face aos objetivos propostos.

A elaboração de um plano de avaliação afigura-se um instrumento fundamental no aprofundamento do diagnóstico e na orientação de uma intervenção social mais eficaz, na medida que nos permite identificar elementos primordiais para eventuais reformulações do PDS e respetivos planos de ação. Neste sentido, o plano de avaliação traduz-se num instrumento essencial no apoio a processos de tomada de decisões mais racionais e transparentes.

O processo de avaliação deve ser endógeno e participativo, assumindo duas linhas de orientação, verticais (top-down e bottom-up) e horizontais adaptadas a diferentes estruturas de governação. Assim, para uma avaliação integrada que avalie atores, políticas, processos e metas torna-se fundamental ter em consideração as dimensões da autoavaliação, da avaliação conjunta, da avaliação interpares e da avaliação externa.

A avaliação ex-ante serve de alicerce à operacionalidade do planeamento, tendo como principal objetivo a otimização da atribuição dos recursos e a melhoria da qualidade do plano, para haver uma adequação do plano de ação ao diagnóstico efetuado.

Posteriormente, serão construídos mecanismo de avaliação com a participação de todos os parceiros de uma forma faseada e sequencial, de acompanhamento (on going), a qual permitirá avaliar a forma de concretização do Plano bem como o seu afinamento ou correção.

Para medir os resultados alcançados será realizada a avaliação final (ex-post) que constituirá o referencial relativo à mudança alcançada, à eficácia das intervenções e impactos alcançados.

O processo de avaliação e monitorização implementado pela Rede Social de Seia, apresenta vários momentos de avaliação:

- Avaliação ex-ante: diagnóstica ou com fins de planeamento
- Avaliação on-going: com fins de acompanhamento
- Avaliação ex-post: realizada no final das intervenções num curto espaço de tempo ou com mais espaçada
- Avaliação pontual: incide sobre iniciativas de curta duração

O processo de avaliação será interno, realizado pelo núcleo executivo e de futuro irá tentar-se estabelecer uma parceria com entidade supraconcelhia externa, para o acompanhamento científico.

Este sistema de avaliação assenta em 5 domínios, nos quais cada interveniente é responsável pela concretização e reorganização dos objetivos estabelecidos.

Domínios	Descrição
Conselho Local de Ação Social	Cabe-lhe a decisão da implementação do processo de planeamento, através da articulação dos planos que o constituem. Congrega diferentes atores sectoriais, constituindo-se num espaço alargado de negociação e concertação estratégica para a definição de políticas e programas institucionais viabilizando o nível de planeamento, avaliação e gestão da Rede Social.
Núcleo Executivo	Cabe-lhe a elaboração de propostas e recomendações, monitorização e avaliação das ações do PDS com indicação do potencial para disseminação, apoiado em três sistemas de: i) Avaliação Interna e monitorização, ii) Avaliação externa e acompanhamento científico, iii) comunicação interna, externa e de divulgação.
Sistema de Gestão, Avaliação Interna e Monitorização	À gestão, avaliação interna e monitorização, cabe a (re)análise de situações, aprofundar o conhecimento, (re)orientar as linhas estratégicas da intervenção, (re)formular objetivos, alargar e consolidar as bases de sustentação dos processos de mudança e intervenção social.
Avaliação Externa e Acompanhamento Científico (no futuro)	A avaliação externa e acompanhamento científico, enquanto processo permanente, materializa-se em contributos especializados para as estratégias, opções e garantia do acesso ao conhecimento e informação crítica útil para o replaneamento.
Comunicação Externa e Divulgação	Estrutura e assegura a interação entre o público interno e o externo. Divulga notícias, eventos, projetos, entre outros, nos meios de comunicação social e outras formas de comunicação. Ativa o diálogo, a troca de informação e de experiências.

Quadro 4 – Funções no Modelo de Governança.

Referências Bibliográficas

Council of Europe Publishing (2005). *Concerted development of social cohesion indicators Methodological guide*. Council of Europe: Paris.

Fernández-Ballesteros, R. (2009). *Envejecimiento Activo: Contribuciones de la Psicologia*. Madrid: Ediciones Pirámide.

Guerra, I. (2007), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação: O Planeamento em Ciências Sociais*. 4ª Edição, Cascais: Principia.

Idáñez, M. J. A. & Ander-Egg, E. (2007). *Diagnóstico Social: Conceitos e Metodologias*. 3ª Edição; REAPN.

Organização Mundial da Saúde (2018). Plano de Ação Global para a Atividade Física 2018-2030: Mais Pessoas Ativas para um Mundo mais Saudável. Acedido a 26 de junho de 2018 em www.who.int/lets-be-active/en/#Beactive

Organização Mundial de Médicos de Família (2011). *Classificação Internacional de Cuidados de Saúde Primários*, 2ª Edição. Oxford: Oxford University Press.

Ramos, N. (2014). *Conflitos interculturais no espaço europeu: Perspetivas de prevenção e intervenção*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.